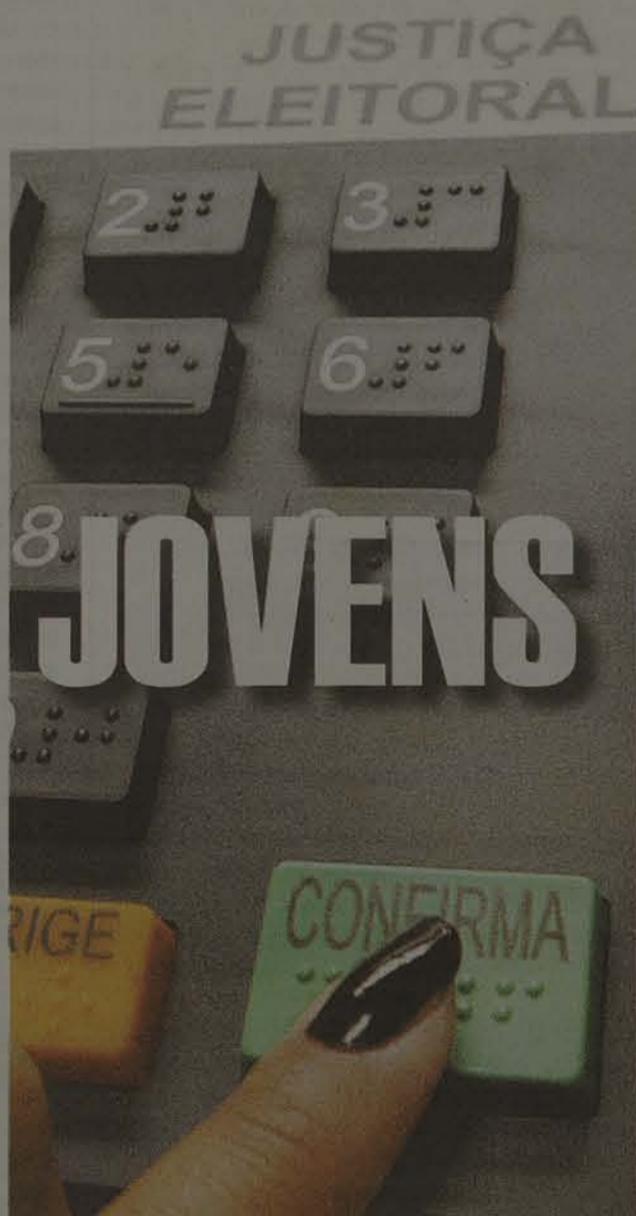
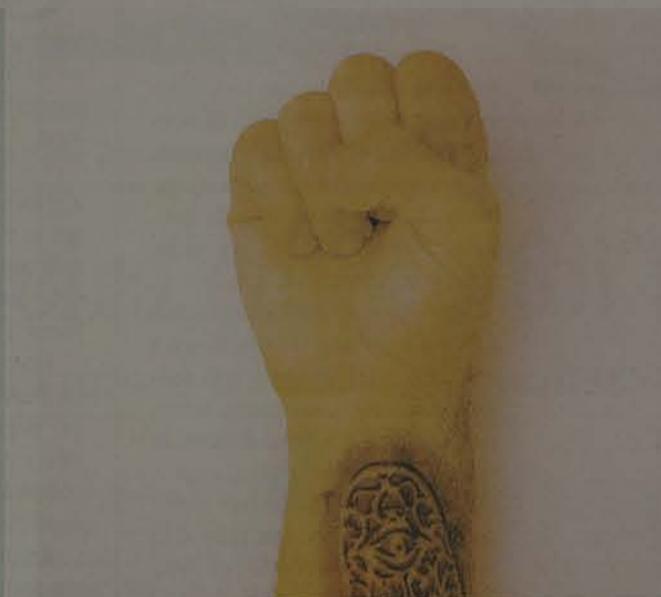


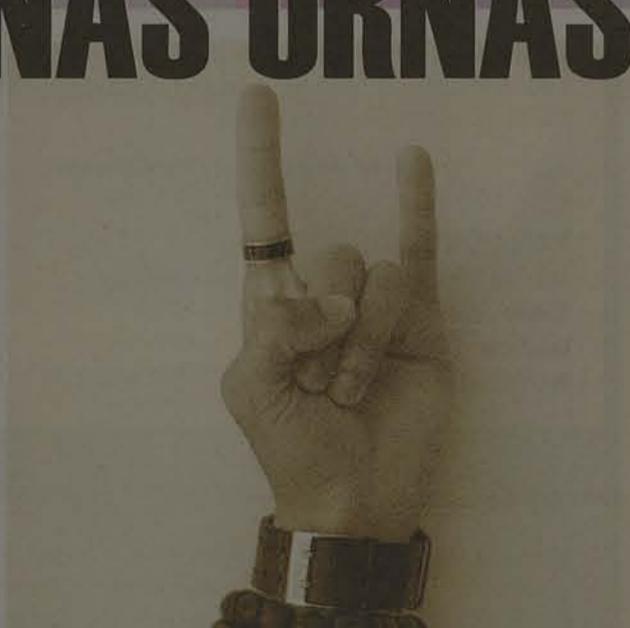


ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, ABRIL DE 2012 - ANO XXX, NÚMERO 5



O PESO DOS JOVENS NAS URNAS



CONEXÕES

Mais transparência

Despesas de campanha têm grande diferença entre candidatos; gastos com viagens do reitor chegam a R\$ 110 mil

PÁGINAS 12/13

ZERO ENTREVISTA

Mario Prata

Em Florianópolis há dez anos, o escritor fala sobre censura, a carreira do filho Antonio, drogas e mico-leão-dourado

PÁGINAS 4/5

JORNADA

Ciência sem Fronteiras

Projeto de formação acadêmica no exterior enfrenta falhas de comunicação e atraso no envio de documentos e pagamentos

PÁGINA 6

Piercings, cabelos brancos e tattoos são a fórmula perfeita

Os últimos vinte anos transformaram as redações dos meios de comunicação. Não só porque computadores substituíram as máquinas de escrever ou porque esses barulhentos locais tornaram-se mais limpos e silenciosos. Com a disseminação de cursos superiores de comunicação, as fábricas de informação também passaram a receber levas de jovens profissionais, formados sob um outro regime. Naturalmente, vem acontecendo uma gradual substituição de velhos repórteres por novos, fenômeno que tem aspectos positivos e negativos.

É bom que haja um rejuvenescimento das redações pois isso implica também no desembarque de novas ideias e valores, oxigenando o ambiente. É ruim que as redações sejam tomadas apenas pelos mais jovens, pois experiência e sabedoria são patrimônios que não se adquirem nos bancos escolares, mas na vida. Certo é que as redações não podem ser habitadas apenas por focas, os novatos

audazes, mas também pelos lobos, os velhos sagazes.

No *Zero*, temos a mesma preocupação de mesclar experiência com entusiasmo. Por isso, tentamos combinar o furor dos repórteres com o conhecimento de alunos que

No Zero, nos preocupamos em mesclar experiência com entusiasmo

já passaram pelo jornal laboratório. Esses "veteranos" ocupam a posição de editores sêniores e auxiliam no polimento dos textos, na estruturação das reportagens e em detalhes da edição. Além disso, há a supervisão constante de dois professores, que já atuaram em redações e viveram os

desafios do jornalismo diário. Para completar, contamos ainda com um novo *ombudsman*, cuja trajetória tem mais de quarenta anos de estrada: Bernardo Kucinski desembarcou em Florianópolis no mês passado para um período de um ano como professor visitante na UFSC. Famoso por seu rigor e pela crítica implacável, o novo ouvidor completa o time do jornal. Ele ocupa o lugar do professor Ricardo Barreto, que pediu para ser substituído.

Com uma equipe dessas, temos a fórmula perfeita. O *Zero* busca o equilíbrio entre ímpeto e bom senso, dinamismo e serenidade, arrojo e conhecimento. É nesse diálogo, às vezes tenso e adrenalizado, que construímos esta edição, que traz encartada ainda a *Zero Revista*, produzida pela maioria dos repórteres do *Zero* na disciplina de Redação V, sob o olhar do também experiente professor Mauro Cesar Silveira.

Se os seus cabelos são grisalhos ou coloridos, não importa. Fica o convite à leitura!

OMBUDSMAN

BERNARDO KUCINSKI

Meu número "zero"

Cabe ao *ombudsman*, ou ouvidor, receber, encaminhar e se possível dar solução a queixas de leitores, clientes do comércio e cidadãos insatisfeitos com a forma como o aparelho de Estado os trata ou encaminha suas reivindicações ou pedidos de informação. Nos nossos jornais, esse personagem acabou por assumir a tarefa de analisar o produto jornalístico em geral, mesmo sem ser motivado por alguma reclamação. Ele avalia a qualidade do jornal, aponta insuficiências, erros. Obviamente, passa a ser detestado pelos colegas.

Nos jornais laboratoriais, essa função de crítica interna acaba sendo a principal, dado o pressuposto de que o jornal existe justamente para que os alunos aprendam a fazer jornalismo, o que leva a dois corolários: o de que devem errar mais do que se já fossem profissionais formados, e o de que esses erros devem ser apontados e discutidos justamente para cumprir a função didática do jornal.

Ocorre que um dos cacoetes do nosso ofício é o de não admitir a crítica. Mesmo oferecida numa boa, educadamente, compensada taticamente por elogios a outros aspectos da matéria, essa crítica jamais será esquecida, e seu perpetrador jamais perdoado. No jornal laboratorial, o aluno poderá até perdoar, afinal ele ainda não adquiriu plenamente as vaidades do ofício. Mas e os professores que orientam o fazer do jornal?

É um problema muito sério que com frequência tem levado a crises nos projetos laboratoriais e conflitos entre professores. Eu já me envolvi num desses entreveros ao dirigir o *Jornal do Campus* na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em parceria com o professor Carlos Chaparro, um excelente jornalista e dedicado professor de jornalismo, com cujas ideias me identificava totalmente. E no entanto, nos pegamos...

Por tudo isso, relutei em aceitar o convite do professor Rogério Christofolletti de atuar como *ombudsman* do jornal laboratorial do curso de graduação em jornalismo. Mais ainda, por ser um estranho no ninho, um professor convidado. Lá vem ele se fazendo de bacana, pensando que no nosso lugar faria melhor...

Aceitei, enfim, gato escaldado... mas aceitei... Talvez tenha me achado mais sábio, mais maduro, ou apenas me rendido ao poder de persuasão do professor Rogério. Agora, vou ter que pensar em como me desincumbir da tarefa sem abdicar de meu estilo agressivo, embora, creio, sempre procurando fundamentar, e sem ter que cair na crítica "meia boca", que não fala tudo o que tem que ser falado, ou escamoteia, ou fica temperando com falsos elogios...

Por esses cuidados todos, preferi não inaugurar a coluna analisando edições anteriores à minha vinda, como sugeriu o professor Rogério. Já seria, creio, um começo precipitado, arriscado, sem ter conhecido os personagens objetos das reportagens, sem ter vivido os acontecimentos que as motivaram, sem ter lido o que outros veículos escreveram sobre os mesmos temas.

Portanto, entendam esta coluna como meu número "zero". A de número 1 só sairá depois da leitura atenta deste mesmo jornal que vocês agora tem em mãos. Aguardem a próxima edição.

Físico e jornalista, é doutor em Comunicação e pós-doutor pela University of London. Por mais de vinte anos, lecionou na Universidade de São Paulo, onde se aposentou há cinco anos. Entre 2003 e 2006, foi assessor especial da Presidência da República, em assuntos de comunicação. É professor visitante da UFSC.

OPINIÃO

ONDE O LEITOR TEM VOZ

"Não tem como não registrar que o @zeroufsc publicou sua edição atualizadíssima, com matéria sobre a nova reitora. Parabéns, moçada!"

Ludmila Souza - @ludmila_ND

"Adorei fazer o @zeroufsc, mas tô tão aliviada de me livrar das metáforas com 'boeing', 'pousou', 'levantou voo' e afins, habaha."

Monique Nunes - @moninunes

"Olha a pauta do @zeroufsc haha RT @revistasuper Antes de ir para o happy hour, entenda a ciência por trás do álcool <http://migre.me/7aGk>"

Stephanie Pereira - @real_stephanie

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários

E-mail - zeroufsc@gmail.com

Telefone - (48) 3721-4833

Twitter - @zeroufsc

PISAMOS NA BOLA...

Na última edição do ano passado, a de dezembro com a capa "Floripa Vista do Morro" e a vitória da nova reitora Roselane Neckel, deixamos passar alguns erros:

* O crédito da foto das vencedoras da eleição à reitoria, Roselane Neckel e Lúcia Pacheco, da capa, saiu errado. A foto, na verdade, é de Alice da Silva.

* Na página 10, na reportagem "Para Álvaro Prata, greve foi pior momento", Tito Pereira é citado como diretor do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Quando o jornal foi distribuído, porém, a sua gestão no diretório já havia terminado e ele não representava mais a instituição.

* Guilherme Júlio da Silva é presidente da Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas (Fepese), e não da Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina (FEEESC) como foi escrito na matéria "Fepese critica burocracia rígida", na página 13.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXX - Nº 5 - Abril de 2012 **REPORTAGEM** Amanda Melo, Ana Carolina Paci, Arianne Fonseca, Carolina Franco, Daniel Giovanaz, Ediane Mattos, José Fontenele, Juliana Ferreira, Lucas Pasqual, Maíla Diamante, Manueia Lenzi, Mariane Ventura, Mariana Pítasse, Marina Empinotti, Matheus Lobo Pismel, Milton Schubert, Nathan Mattes Schafer, Rafaela Blacutt, Rafaela Coury, Rodrigo Chagas, Sedy da Luz, Thomé Granemann e Victor Hugo Bittencourt **EDITORES** Alécio Clemente, Bárbara Lino, Camilla Garcia, Carolina Dantas, Rodolfo Conceição, Rosielle Machado, Tulio Kruse e Wesley Klimpel **DIAGRAMAÇÃO** Ana Carolina Paci, Mariane Ventura, Patricia Pamplona e Vinicius Schmidt **FOTOGRAFIA** Marina Empinotti, Patricia Pamplona, Sedy da Luz, Thomé Granemann, Victor Hugo Bittencourt, Wesley Klimpel **CAPA** Lucas Pasqual e Wesley Klimpel **INFOGRAFIA** André Mariani, Lucas Pasqual e Thomé Granemann **ILUSTRAÇÃO** Yuckatan Gautama **PROFESSORES RESPONSÁVEIS** Rogério Christofolletti MTb/SP 25041 e Samuel Lima MTb/SC 00383 **MONITORIA** Felipe Figueira, Patricia Pamplona e Vinicius Schmidt **IMPRESSÃO** Diário Catarinense **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 26 de março

Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-RS 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

ZERO 1

Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo da UFSC. Setembro de 1982. Distribuição interna.

Produzir primeira edição foi uma vitória

Greves estudantis e invasões na reitoria possibilitaram verbas e equipamentos para o jornal

A turma de estudantes de jornalismo aguardava uma kombi na UFSC. Era 1982, um tempo em que os universitários tinham de brigar e lutar constantemente em manifestações para conseguir verbas da faculdade. Implantar um jornal laboratório dentro de uma instituição pública, que na época dispunha de poucos recursos para investir, não era fácil. Ainda mais naquele tempo, em que o curso de Jornalismo estava lutando para se consolidar em todo o Brasil, pois ainda havia questionamentos quanto às necessidades de uma graduação de comunicação. Invasões na reitoria e greves dos estudantes eram práticas comuns na busca de soluções para a falta de equipamentos e investimentos no curso em implantação. “Tudo na época era muito difícil”, conta Ivan Giacomelli, atual professor do curso de jornalismo da UFSC e integrante da turma que produziu a primeira edição do *Zero*.

A mobilização persistente dos alunos deu certo e foram obtidos os recursos necessários. Sergio Murillo, ex-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), integrante daquela turma de pioneiros, conta que foi um momento importante na história do curso. “A gente partiu de fato do zero, inclusive na escolha do nome. O jornal se integrou à experiência inovadora da graduação que era prever uma gestão democrática, de uma forma que possibilitasse integrar e trazer participação aos estudantes nas decisões. E o *Zero* viveu essa experiência e integrou”. Na hora da edição, os alunos tinham grande participação na linha editorial e no projeto gráfico. “Era de fato um jornal que tínhamos um grau muito alto de envolvimento, desde a elaboração das pautas até o contato com as gráficas. Éramos totalmente integrados nesse processo”, recorda Murillo.

O caminho da kombi era a cidade de Brusque, mais especificamente a sede do ainda semanário *O Município*. A turma saía cedo para acompanhar a montagem do jornal na gráfica. O grupo optou pela produção de todo material na impressão tipográfica, enquanto naquele período era um processo que já estava sendo superado em virtude do offset. “A primeira edição tem essa característica de ter sido uma coisa jurássica à época”, conta Giacomelli. Murillo também lembra que todos os textos eram escritos em máquina de escrever e a diagramação, como não havia computador, era feita com uma régua de paica para o espaço gráfico. “Era bastante artesanal comparado ao que se tem hoje. Mas essa condição nos deu ferramentas para enfrentar o mercado de trabalho, que ainda estava sofrendo um processo de transformação tecnológica”.

Aderbal João da Rosa Filho, o Deba, que também fez parte dessa equipe, destaca que os funcionários da gráfica se espantaram com o formato inusitado da publicação. “Era uma edição mais limpa, mais qualificada, bem diferente da produção tipográfica daquele período”. Deba, hoje assessor da Fenaj, também acredita que iniciar um periódico foi uma experiência marcante. “Acho que um diferencial daquela época em relação a hoje é que não dispúnhamos das mais modernas tecnologias e fazíamos tudo com mais dedicação e cuidado, já que os processos de produção e montagem eram praticamente manuais”.

Do momento do fechamento em sala de aula, Valdir Cachoeira, jornalista aposentado que também integrou a turma, guarda recordações. “Lembro de estar sentado na sala da redação com o professor chamando para revisar matéria, fazer contagem de linhas e calcular o espaço que ia ocupar na página. Daquela disposição na sala, com o docente sentado na frente e a gente na máquina de escrever, digitando as matérias, contando o número de toques e tópicos para cumprir o tamanho indicado. Era tudo bem calculadinho”. Para Cachoeira, a prática de produzir o jornal laboratório trouxe crescimento. “Acho que foi fundamental termos passado por essa época, com todas as dificuldades. Essa experiência diferente, com a questão da tipografia, foi bem importante para a formação

profissional. Não só para nós, como também para a estrutura do curso”.

Celita Campos, aposentada após 30 anos de jornalismo, também contribuiu para a primeira edição do jornal e lembra que passou por um problema durante a edição. “Peguei uma pauta de denúncia e sai com o gravador, que era daqueles enormes, escondido. Consegui as informações, cheguei ao curso e disse ‘gente, o cara falou e se entregou’. Ligamos o gravador e ele não havia funcionado. Eu não pude provar nada da matéria”. Campos considera a experiência uma aula dada, em virtude de tudo que foi passado na época.

A primeira edição do *Zero* foi resultado de um trabalho em equipe com as limitações e potencialidades jornalísticas de seu tempo. Um total de 32 alunos contribuiu de alguma forma para a produção com o acompanhamento de cinco professores. Em setembro se comemora 30 anos que esses primeiros três mil exemplares do jornal foram distribuídos.



Primeira equipe do *Zero* tinha 32 alunos e cinco docentes



Limitação tecnológica exigia maior dedicação ao trabalho



Alunos tomavam decisões editoriais com os professores

Carolina Franco
carol.limafranco@gmail.com



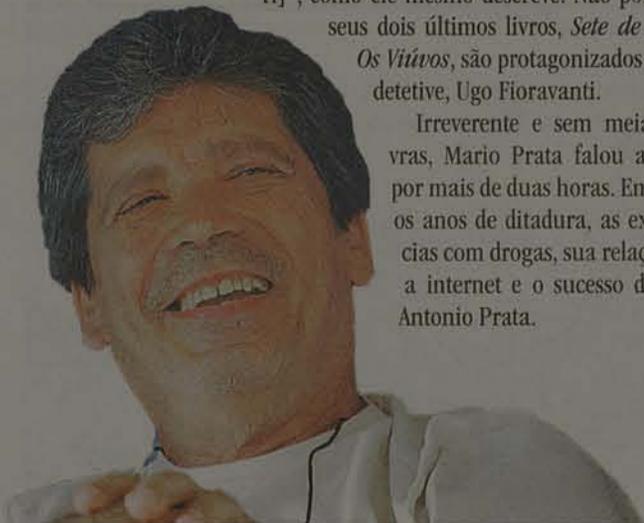
“Era engraçado falar com a censura. Eles eram burros, despreparados e sem cultura”

Uma conversa descontraída com o escritor sobre literatura, política, drogas, novelas e internet

Escritor de romances, contos, crônicas, telenovelas e roteiros de cinema, Mario Prata, aos 66 anos, coleciona prêmios como o de Melhor Roteiro Latino no Festival de Gramado por *O Testamento do Senhor Napomuceno*, em 1997, e o de Melhor Autor do Ano segundo a Associação Paulista dos Críticos de Arte, pela peça *Salto*, em 1984. Ex-colunista da *Época* e da *Folha de S. Paulo*, vive em Florianópolis há dez anos em um confortável apartamento em Jurerê, no Norte da Ilha.

Sua sala de estar é decorada por imagens de Marilyn Monroe e repleta de álbuns de música popular. No escritório, três computadores dividem espaço com prateleiras abarrotadas por livros policiais de “escritoras com nome de homem, [Fred Vargas], e autores com nome de mulher [Andrea Camilleri]”, como ele mesmo descreve. Não por acaso, seus dois últimos livros, *Sete de Paus* e *Os Viúvos*, são protagonizados por um detetive, Ugo Fioravanti.

Irreverente e sem meias-palavras, Mario Prata falou ao *Zero* por mais de duas horas. Em pauta, os anos de ditadura, as experiências com drogas, sua relação com a internet e o sucesso do filho, Antonio Prata.



O senhor publicou seu primeiro livro com apenas 23 anos. Desde a infância sonhava em trabalhar como escritor?

Não. O ofício de escritor é uma coisa muito recente. Nenhum escritor do mundo, até 50 anos atrás - com raríssimas exceções -, vivia do ato de escrever. Eles davam aulas, palestras, ou escreviam em jornal. Eu mesmo, até conseguir viver do texto, da profissão, demorou. Hoje eu sobrevivo, mas só tenho isso aqui na vida [o apartamento], e mais dois carros velhos na garagem.

O senhor costuma dizer que a profissão de escritor é igual a qualquer outra. A que aspectos, exatamente, se refere?

Antes o cara escrevia quando estava inspirado. Hoje, não. É como um arquiteto fazendo um projeto: ele sai, troca uma ideia, e volta pra régua. Os escritores brasileiros que a gente ouvia falar e lia na época eram funcionários públicos. Drummond, por exemplo, sempre foi. E mesmo hoje, de livro, tem pouquíssima gente que vive no

Brasil. Eu tenho oito best-sellers, o que é incrível para o Brasil, mas não vivo da venda de livros. Eu vivo de escrever, fazer palestras... picaretagem!

“Eu acho que a cada ano o vestibular cria cinco milhões de não-leitores”

Em muitos de seus textos, é possível observar um sentimento de nostalgia em relação à década de 1960. Quais são as suas principais recordações dessa época?

Acontecia tanta coisa diariamente que a gente achava que o mundo era daquele jeito. Estava aquela puta disputa entre os Estados Unidos e a Rússia, e aí, um mundo era comunista e o outro era capitalista, um comia criança e o outro matava sírio, sabe? Não ti-

nha meio: ou você era daqui ou era dali. No Brasil também, ou você era da direita e acreditava em tudo o que os militares falavam, ou você era de esquerda. Aí um major russo chamado Yuri Gagarin sobe lá em cima e diz esta frase, que hoje é uma besteira: “a Terra é azul”. Pô, isso é um poema! Aí, em 69, a década encerra com um americano na lua e a gente assistindo de casa, com hora marcada. A minha geração viu isso - em preto e branco, mas viu. E aí aconteceu tudo que vocês podem imaginar. Os Beatles, de 62 a 69, lançavam quase dois discos por ano, e era normal. Quando eles começaram, o mais velho [Ringo Starr] tinha 23 anos! E no Brasil, Chico, Caetano... era tudo normal. Chico era amigo meu e até hoje é. Ele era carioca, ia no festival, tocava, vaiava o Caetano, e o Caetano vaiava o Chico. E eu, com 23 anos, escrevo e produzo uma peça, monto um teatro para fazer a peça... e dá certo! Todo mundo tinha 23 anos na década de 60, e tudo aquilo acontecendo: a pílula, a minissaia, o Cinema Novo, o teatro, a revolução, AI-5, tortura, desaparecimento e prisões... Então,

ter vivido isso foi uma coisa muito rica pra gente e é algo que nos mantém muito unidos. Hoje, a gente é amigo e só fala merda! As pessoas pensam que a gente se reúne pra falar coisas inteligentes, mas não sai nada. Fui ver o último show do Chico em Porto Alegre, e depois fomos jantar na casa do [Luís Fernando] Veríssimo, e era impressionante porque a gente não falava nada que prestasse! Enfim, ter vivido os anos 60 foi uma sorte, um negócio que deu certo.

E como era trabalhar nas redações de jornais durante a ditadura militar?

Já fui levado ao exército pra levar esporro, e tive que fazer um artigo redizendo tudo o que tinha dito. Na época, eu estava no *Última Hora* com o Samuel Wainer. Mas não foi grande coisa porque não assinei a crônica com o meu nome, assinei Campos de Moraes, que é meu nome do meio. Ele que foi preso, não eu [risos]. O cara só ficou sabendo quando eu escrevi *Minhas Mulheres e Meus Homens*, onde conto a história e falo até o nome do coronel... ele deve ter ficado putado! Me dava esporro me chamando de "seu Campos" e eu tinha vontade de rir. Isso foi no final de 74, seis meses antes do [Vladimir] Herzog morrer, lá mesmo. Você ficava trabalhando na redação e sempre passava um japonês passando lista de casamento. "Isso é para o casamento do fulano", ele dizia, mas era na verdade pra arrecadar dinheiro pra alguém fugir. Se dedo-duro chamasse a polícia, eles não podiam fazer nada! O engraçado é que, no fundo, tudo parecia normal.

É possível dizer que a censura estimulou o processo criativo?

Muito! A gente fazia cada sacanagem no jornal... um dia, no desfile de 7 de setembro, a foto de capa seria de uns quinze militares do primeiro escalão do Exército Brasileiro em São Paulo batendo continência. Aí, o Samuel Wainer inverteu o negativo, e ficaram os 15 batendo a continência com a mão esquerda. Aí ele foi preso, disse que inverteram o negativo sem querer, e ficou nisso... era engraçado conversar com a censura! Eles eram burros, despreparados e sem cultura. Uma vez, o contador do Milton Nascimento deu um cano e levou toda a grana dele. Aí Chico, Caetano e Gil decidiram fazer um show no Canecão pra arrecadar dinheiro pro Milton. Lá foi o Chico, levou as letras pro censor, mas ele falou que era proibido. "Um preto, um comunista e um viado? Só pode ser gozação!". Olha as coisas que a gente tinha que ouvir! Mas era tudo normal, porque tava acontecendo.

Na década de 1970, o senhor escreveu *Estúpido Cúpidos*, exibida pela Rede Globo. Naquela época, você tinha o costume de assistir a novelas na televisão?

Que nada... nem tinha televisão em casa! A oportunidade surgiu porque eu era ator também, e fazia uma peça com a Regina Duarte. Eu já escrevia, tinha montado duas peças, via todas as noites a relação da Regina com as fãs no camarim e foi isso que me inspirou a escrever a novela. Eu falava da relação da estrela com as fãs, mas eles disseram que não poderiam usar aquilo porque avacalhava muito com a instituição fã, e que eles dependiam muito disso. Aí a Regina me mandou lá pra conversar com eles. Eu tinha ideias pra fazer filmes já, mas não novelas. Tive que adaptar várias coisas. Quando estreou, eu já tinha escrito 34 capítulos: vi o primeiro e achei uma merda. Aí ia vendo e aprendendo. Eu cometia erros primários, não sabia nada!

Muitos escritores preferem não reler suas próprias obras. É o seu caso?

Eu abro e falo: não é possível que eu escrevi isso! Uma menina de Uberlândia está fazendo doutorado sobre as minhas crônicas. Ela me liga e fala umas coisas que eu escrevi que eu não acreditava: é muito bom! Mas também tem muita coisa que não é minha. Na internet, por exemplo, metade das coisas que falam que são minhas, não são.

Apesar de não confiar plenamente, o senhor utiliza a internet para pesquisas?

Muito, mas é confuso. Por exemplo, procuro uma tal data e diz que foi dia 13, outro site diz que é 14. A internet é irresponsável e, assim fica difícil trabalhar e sempre tem um pentelho que reclama de coisas assim. Os fatos a gente garante, mas as datas fica difícil. Eu vejo essa irresponsabilidade nos meus textos na internet. Eles vão sendo copiados e reproduzidos tantas vezes que acabam de um jeito que eu nunca escrevi.

As redes sociais agravam o processo de reprodução de informações sem a devida checagem. O senhor costuma acesar alguma delas?

Um dia fui ao Programa do Jô e à noite meu filho me ligou dizendo que eu estava nos 77's. Eu não sabia o que era, mas ele me explicou. Aí eu achei legal e entrei pra ver: a cada cem comentários, um botava uma frase assim: "a mais bela ponte do mundo é a construída entre um olhar e outro", dizendo que era minha. Imagina se eu escrevo uma coisa dessas!? Aí mandei o Antonio [Prata] escrever lá dizendo que essa frase não era minha, mas não adiantou. Eu já tinha experimentado o Twitter antes, com uma conta que minha filha abriu. Eu ganhei três mil

seguidores num dia, mas aí apareceu lá um *tweet* do meu primo, dez e meia da manhã, falando "vou tomar banho". Aí eu me suicidei daquilo lá!

A internet é frequentemente apontada como uma das razões da falta de leitura entre os jovens. Quais o senhor considera as demais causas?

Somos 200 milhões de habitantes e apenas 300 mil são leitores. Eu acho que a cada ano o vestibular cria cinco milhões de não-leitores. Sentado nesta mesma sala com o digníssimo reitor da UFSC [Álvaro Prata], que é meu primo, discutimos muito sobre o vestibular. Que importância tem a física hoje diante de tecnologia, do iPhone, etc? Preciso de muita física, química e matemática pra chegar nisso, mas hoje tem coisas muito importantes. Naquele tempo, a gente queria sair logo de casa pra fumar maconha e trepar, com 19, 20 anos. Mas hoje, você faz isso em casa. A minha geração fumou maconha escondida dos pais e dos filhos. Meus filhos descobriram, eu tive que explicar... eles também passaram pela fase de experimentar, mas não gostaram. Eu acho que a maconha é muito da minha geração. Até hoje fumo, desde os 23 anos, mas só uma vez por mês... quando tô meio tenso.

E na juventude, teve contato com outras drogas?

Eu experimentei LSD. Cocaína, não. LSD é muito louco. Experimentei, pra valer, uma vez só, e preparei um colega meu que estudava medicina pra me socorrer se desse merda. Eu era muito responsável, trabalhava no Banco do Brasil e às sete da manhã tinha que estar lá. Mas você tem que estar muito bem

pra tomar um negócio desse, não dá pra ir pra balada e tomar. Eu já tinha lido muito a respeito: a gente usa 18% da nossa percepção, e com ácido pode chegar a 80%. É bom pra ver até onde sua cabeça pode ir. Você vê coisas... eu via na luz verde do gravador todos os raios saindo e batendo no teto, se espalhando... e não é loucura! É sério, você vê a água evaporando! Mas tem que ter cuidado...



“Quando criança, Antonio engatinhava em livros e hoje ele é escritor”



“Experimentei LSD. Cocaína, não. LSD é muito louco; usei uma vez só”

Qual a sua opinião sobre uma possível liberação do consumo de maconha no Brasil?

Tenho medo da maconha, porque é uma porta pra outras drogas. Mas acho que a principal droga é o álcool. Não bebo nem fumo mais. Sou contra as drogas, mas acho que a maconha não é droga. Sou a favor da liberação, mas o Brasil discute coisas que não está na hora de discutir. Esses dias, vi um programa de uma hora sobre sustentabilidade. Também dei uma entrevista sobre isso. A mulher veio até aqui, gastou dinheiro pra vir aqui, e eu falei pra ela: "quero que o mico leão dourado se fodal!", e ela quase morreu. Falei pra ela: ele está em extinção porque não trepa, não porque matam eles. E ainda falei: "não quero que salvem o mico leão, quero que salvem essas mulheres que nos atendem no telefone só falando no gerúndio!". Sustentabilidade pra mim é não falar no gerúndio.

Seu filho, Antonio Prata, obteve reconhecimento da crítica e do público em pouco tempo de carreira como escritor. Para muitos, o Mario Prata agora é simplesmente o pai do Antonio. Como o senhor reage a essa situação?

Olha, eu sou pai da Maria Prata também, e espero ser pai do Pedro Prata também! A gente brinca com o Antonio que ele virou escritor porque nunca

ninguém disse pra ele que podia ser outra coisa na vida. Ele cresceu entre escritores e jornalistas, ouvindo esse tipo de papo. O dia que ele me disse que queria ser escritor, me coloquei à disposição se precisasse de alguma coisa. Hoje eu sou fã dele e ele me ultrapassou em termos de crônica, fico até sem jeito quando tenho que escrever hoje. Ele tem vantagens sobre mim porque eu fui criado pra ser gerente do Banco do Brasil e ele, pra ser nada... cursou Filosofia e largou, estudou Rádio e TV e largou, mais sete anos de Ciências Sociais. Ele tem uma bagagem que eu não tenho e faz uma ótima crônica. Mas a minha é mais engraçada!

No seu escritório, além de centenas de livros policiais, há imagens de Jesus Cristo. O senhor pratica alguma religião?

Não, é que meus pais eram católicos. Por isso, fui batizado e crismado, mas nunca vou à igreja. Por muito tempo fiquei me perguntando se Deus existia. Hoje, percebo que o mais importante é que Ele saiba que eu existo.

Daniel Giovanaz
daniel.giovanaz@gmail.com
Marina Empinotti
malisboa@hotmail.com
Nathan Mattes Schafer
nathaanschafer@gmail.com
Rafaella Coury
rafa.coury@gmail.com

Uma oportunidade para estudar no exterior

Programa *Ciência sem Fronteiras* prevê envio de 101 mil estudantes bolsistas até fim de 2015

Quando começou a estudar alemão, no segundo semestre de 2010, Jefferson Giaretton não imaginava que chegaria perto de aperfeiçoar o idioma na Alemanha em tão pouco tempo. Através de um anúncio na televisão, o estudante de Engenharia Química da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) conheceu o programa *Ciência sem Fronteiras*. Trata-se de um projeto lançado pelo governo federal em julho de 2011 como impulso à produção de tecnologia e inovação nacional, baseado na troca de conhecimento com outros países. Giaretton está concorrendo com outros 12,5 mil alunos de graduação no segundo edital público do programa, lançado em dezembro passado. Os estudantes puderam se candidatar para passar até um ano em graduação-sanduíche nos Estados Unidos, Alemanha, Itália, França ou Reino Unido.

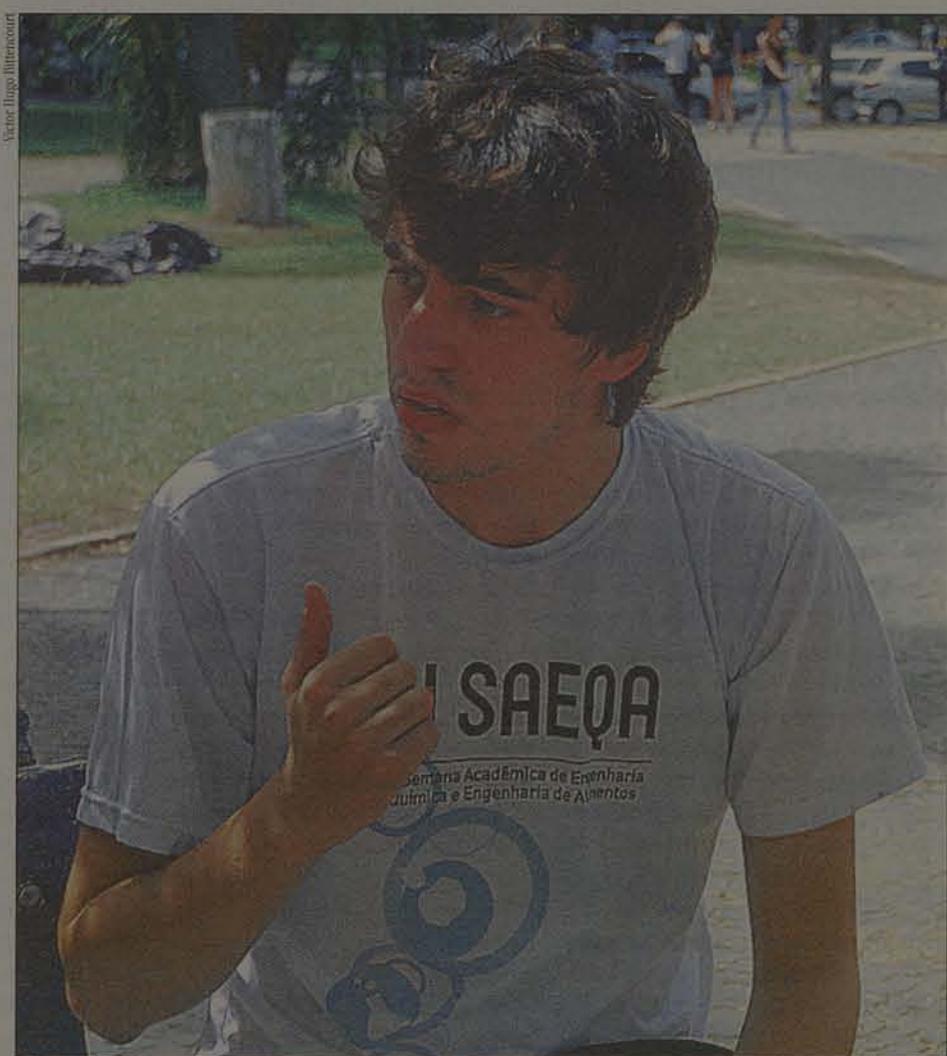
De acordo com o diretor de relações internacionais da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Marcio de Castro, o objetivo é propiciar ao país uma transformação no ambiente acadêmico, em função da ampla qualificação dos alunos para a entrada no mercado de trabalho, e, consequentemente, avanços na área tecnológica.

A estratégia, classificada por Castro como inédita, é similar à adotada nas décadas de 1960 e 1970, quando o governo federal pagou para que pesquisadores concluíssem seus doutorados fora do país, nas áreas de exploração de petróleo, pesquisa agrícola e *design* de aeronaves.

Hoje, o Brasil é líder mundial nos três campos.

O *Ciência sem Fronteiras* apresenta benefícios não oferecidos em outros editais de intercâmbio, como bolsa-auxílio, passagens aéreas, seguro-saúde e moradia. Foram essas características que chamaram a atenção de Ramon Martins, estudante de Design de Produto no Instituto Federal de Educação de Santa Catarina (IFSC) e candidato à bolsa. "Sempre tive interesse em fazer intercâmbio e seguir a vida acadêmica com pós-graduação, e o programa me oferece a oportunidade de conhecer outras universidades fora do país", reflete. Por outro lado, Martins destaca as dificuldades ao acesso de informações enfrentadas desde o início do processo. Segundo ele, o contato com as fontes oficiais foi muito difícil. "O coordenador do programa na minha instituição de ensino sempre se mostrou muito prestativo. O problema é que faltava informação oficial para ele também."

Para amenizar essa falha de comunicação do projeto, os candidatos às bolsas e os estudantes que já embarcaram desenvolveram uma solução paliativa: contato pelas redes sociais. Dúvidas e novidades são compartilhadas em comunidades criadas no Facebook - a maior delas já possui mais de dois mil membros. "Acompanho e publico todos os dias. Pude notar, por exemplo, que a maioria dos intercambistas sofre com os mesmos problemas, o que traz certo alívio", diz Igor César, estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), que já está em Sidney, na Austrália.



Jefferson Giaretton pretende aperfeiçoar o alemão através do intercâmbio

Inscrições vão até dia 30 e candidatos têm sete opções de destino

Até o final de 2015, o governo pretende distribuir 101 mil bolsas de estudos, num investimento de R\$ 3,2 bilhões. Dessas, 75 mil serão financiadas com verba federal, e outras 26 mil com recursos privados da Petrobras, Vale e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Quem cuida da manutenção dos editais e distribuição das bolsas é o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de suas respectivas instituições de fomento, Capes e CNPq.

As inscrições para a terceira chamada pública, lançada em março, estão abertas até o final de abril pelo site do programa (www.cienciasemfronteiras.gov.br). É possível se candidatar para graduação-sanduíche em sete países: Austrália, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Espanha, Holanda e Portugal. O candidato precisa ter entre 20% e 90% do curso concluído.

Apenas áreas voltadas à tecnologia são abrangidas pelo programa, inclusive nos novos editais. "Comparada aos outros países do 'BRICS', nossa população de estudantes é baixa - apenas 6% dos alunos são voltados para as áreas de engenharia. O país tem um déficit", garante Marcio de Castro. Ele assegura ainda que a área de Humanas continua sendo apoiada pelo governo através dos projetos isolados da Capes e CNPq.

Problemas marcam primeiro edital

Em 2011, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) lançou o primeiro edital do programa, que distribuiu cotas às instituições de ensino superior. Coube a elas selecionar os estudantes de destaque que possuísem bolsas de iniciação científica para participarem do programa. Tanto UFSC quanto Udesc receberam 26 bolsas. Na universidade estadual, 23 estudantes já embarcaram para o exterior.

Entre eles está Lais Batista, que cursa Engenharia Ambiental e vive, atualmente, em Pretória, na África do Sul. Ela conta que passou por entraves antes de embarcar. O atraso do CNPq em enviar documentos, que levou a estudante a tirar o visto em cima da hora, e a demora em pagar a primeira parcela da bolsa - recebida já em terras estrangeiras -, foram as principais falhas apontadas. "Apesar dos problemas enfrentados com a organização, está valendo muito a pena.

É uma experiência única", avalia Batista.

Para o professor Paulo Lovato, coordenador do programa na UFSC,

instituições para que ofereçam cursos de idiomas visando as próximas chamadas."

O estudante de Engenharia Química da UFSC Alexandre Simon, que já embarcou para os Estados Unidos, simplifica sua única expectativa frustrada à impossibilidade de conseguir um estágio. "Muitas empresas e oportunidades de pesquisa requerem que você seja cidadão americano ou permanente, e como eu sou estudante estrangeiro, fico de fora da seleção." A preocupação de Simon em relação aos estágios é rebatida pelo diretor de relações internacionais



Lais Batista (direita) há um mês em Pretória

da Capes, Marcio de Castro. "O governo federal já firmou convênios com algumas empresas, como Microsoft e Boeing, para a realização de estágios no futuro".

Lucas Pasqual
lucas.pasqual@gmail.com
Mariana Pitasse
mariana.pitasse@gmail.com

Bolsas mantêm estudantes na universidade

Benefícios ajudam na permanência e garantem melhor qualidade de vida para os graduandos

O aluno de Design de Animação da UFSC, Yuckatan Gautama, 23 anos, é beneficiado com a bolsa permanência desde o primeiro semestre de 2011. Com a renda vinda do auxílio, Gautama gasta R\$ 300 só com moradia. O estudante também é isento no Restaurante Universitário, economizando R\$ 90,00 por mês. "O dinheiro da bolsa não só ajuda, mas é essencial. São gastos com xerox e outros materiais do curso. Além disso, a vida de um estudante não fica apenas entre universidade e casa. Lazer é parte da qualidade de vida", argumenta. Ana Paula Schaitel, 20 anos, aluna de Publicidade e Propaganda na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), tem benefícios similares: 100% de desconto na mensalidade de R\$ 727,68 através do Fundosocial do governo do estado.

Em Santa Catarina, esse e outros tipos de benefícios podem ser conseguidos na UFSC, na Udesc e nas instituições do sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais

(Acafe). A principal diferença entre as bolsas de universidades públicas e particulares é que nas primeiras - gratuitas - o aluno recebe dinheiro para se manter ou participar de projetos enquanto nas demais o benefício acontece em forma de descontos nas mensalidades.

As universidades particulares concedem bolsas por iniciativa individual ou como contrapartida para as subvenções que recebem do poder público. Segundo Ana Schaitel, pelo menos mais 15 colegas bolsistas na turma precisam do subsídio para passar pelo curso. "Se não fosse isso, eu teria que ganhar pelo menos uma de 50%. Tinha planos de fazer faculdade mais tarde, mas na época não dava porque ajudo minha mãe e tenho gastos pessoais, como todo mundo". Na UFSC, a bolsa permanência teve aumento de R\$ 360 para R\$ 420 em 2011, e em 2012 chegará a R\$ 457. "Os alunos entram na universidade pública e não têm como se bancar na cidade. Eles podiam estar trabalhando, mas não estão, para se dedicar ao curso", lembra Gautama.



UFSC: Coordenadoria de Serviço Social oferece oportunidades a alunos

Remuneração aumenta em R\$ 56,00 neste ano

Iniciação científica, extensão, Artigo 170, ProUni e Fundosocial são bolsas e benefícios que um acadêmico pode receber. Na UFSC, o orçamento prevê o pagamento de 300 bolsas de extensão através do Probolsas. A quantidade de beneficiários em 2011, no entanto, foi maior. A concessão de 505 bolsas de R\$ 364,00 de abril a dezembro do ano passado foi possível graças a um fundo financiado com as taxas pagas pelos projetos, o que permitiu a contratação de mais 100 bolsistas no segundo semestre. No último ano, cada projeto de extensão aprovado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE) pôde pagar pelo menos um bolsista. Para este ano, o diretor do Departamento de Projetos de Extensão (DPE), Nelson Canzian, não tem certeza se isso será possível, uma vez que o valor da bolsa aumentou para R\$ 420,00 e a dotação orçamentária para esse fim, no entanto, continua a mesma. A reposição do valor não vai diminuir a quantidade de bolsas, mas deve impossibilitar os pagamentos extras originados do fundo. Segundo Canzian, "o recurso do fundo de bolsas vai ser usado para pagar esse aumento no valor".

Em 2012, as bolsas permanência da UFSC vão atender 1.290 alunos. Lilian Pereira, da Coordenadoria de Serviço Social (CoSS), lembra que "este número só tende a crescer já que os alunos podem permanecer com o auxílio até a conclusão do curso, com as devidas comprovações". O projeto do benefício prevê que em nenhuma hipótese o valor deverá diminuir.

A UFSC ainda oferece bolsas de monitoria e pesquisa. Nesta, o aluno recebe R\$ 364,00 para auxiliar os professores em disciplinas e laboratórios enquanto na pesquisa há o envolvimento em projetos científicos. A maioria das bolsas de iniciação científica é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mas existe uma contrapartida da universidade através de programas institucionais. Para esse ano, está previsto repasse de R\$ 2,8 milhões para pagar 650 bolsas de pesquisa no valor de R\$ 360,00.

Particulares oferecem descontos

Nas universidades pagas, os benefícios mais concedidos vêm através de imposições legais. O Artigo 170 da constituição catarinense obriga o estado a prestar assistência financeira de, no mínimo, 5% do orçamento destinado à educação, para a matrícula e manutenção de alunos nas redes privadas. O artigo seguinte institui a Bolsa Fundes, onde as instituições de ensino superior que tenham isenção fiscal ou utilizem recurso público para pesquisa devem conceder desconto nas mensalidades. Outro auxílio parte da lei 14.876/2009, apelidada de "Bolsa Jorginho Mello", em que o governo entra com 30% dos recursos para a bolsa com orçamento do Fundosocial, enquanto os outros 70% são cobertos pela própria instituição de ensino. Em todos os

casos, o caminho para conseguir os subsídios passa pela burocracia documental. Se bolsistas, os alunos são obrigados a participar de projetos comunitários.

Apesar da rigidez nos processos de seleção, as instituições particulares de ensino superior concedem uma quantidade considerável de descontos. Em 2011, dos 18.787 acadêmicos da Unoesc, 8.007 receberam bolsas. Destas, 3.990 foram pelo Fundosocial e pelos artigos 170 e 171. Ainda foram concedidos 2.323 benefícios de filantropia institucional da universidade e 1.694 do ProUni. Para a coordenadora do Serviço de Atendimento ao Estudante da Unoesc, Fernanda Toledo, o dinheiro que deixa de entrar no caixa "faz falta, mas é um benefício dado para o estudan-

te. É obrigação da instituição como contrapartida pela isenção fiscal".

Outro projeto que tem incluído alunos com dificuldades econômicas no ensino superior é o Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2005 pelo governo federal e que concede bolsas integrais ou parciais (50%) em troca de vantagens fiscais para instituições de ensino. Nesse ano foram ofertadas 96.302 bolsas parciais e 98.728 integrais no país. A Univali, por exemplo, abriu 1.416 novas vagas do ProUni para 2012, enquanto a Unoesc concedeu 1.694 benefícios desse tipo em 2011.

Thomé Granemann

granemannrosa@gmail.com

Victor Hugo Bittencourt

bittencourt.victorhugo@gmail.com



Bolsa	Valor	Carga Horária
Extensão	R\$ 420,00	20h/semana
Monitoria	R\$ 364,00	12h/semana
Permanência	R\$ 457,00	12h/semana
Pesquisa	R\$ 360,00	não tem
Estágio	R\$ 364,00 + VT	20h/semana

Bolsa	Valor	Carga Horária
Extensão	R\$ 360,00	20h/semana
Apoio Discente	R\$ 360,00	20h/semana
Permanência	R\$ 360,00	20h/semana

Bolsa	Valor (desconto)	Carga Horária
Art. 170 e 171	de 25% a 100%	20h/semestre
Fundosocial	de 25% a 100%	20h/semestre
ProUni	50% ou 100%	não tem
Filantropia	20% a 50%	20h/semestre

Jovem pode decidir eleições

Eleitores entre 16 e 24 anos representam 16% dos votos em Santa Catarina

Desde criança, Marina Wassmansdorf já pensava em entrar para a vida política. Aos 16 anos, fez questão de participar ativamente como eleitora. Hoje, aos 21, é estudante de Direito na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e de História, na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), e faz parte de centros e diretórios acadêmicos, atuando no movimento estudantil. Sua visão, porém, vai mais longe: "Acredito que política não é só votar e participar de manifestações. Política é discutir temas relevantes, como o aborto, a união homoafetiva, o consumismo desenfreado".

A universitária está entre os mais de 700 mil jovens que já representam 16% do eleitorado catarinense e que podem decidir os próximos vereadores e prefeitos de Santa Catarina. Quando considerada a população que se declara estudante, bolsista ou estagiário, essa parcela sobe para 20%, um quinto do eleitorado.

Na opinião de Wassmansdorf, a política precisa focar prioritariamente em aspectos sociais, na educação e nas camadas mais necessitadas da população. Por esses motivos, ela não descartou os planos de se filiar a um partido, mas considera importante amadurecer a ideia e estudar o assunto. Caso exerça algum cargo político no futuro, pretende ter como

principal bandeira os direitos da mulher. "A política me dá um senso crítico e uma visão de mundo que eu não teria se não fosse politicamente ativa".

Apesar de concordar que haja uma falta de sintonia entre os partidos políticos e os jovens, a estudante não vê as redes sociais da internet como a nova solução para a comunicação. Ela argumenta que as discussões na internet são muito rasas. "O jovem acha que ao compartilhar algo *online* está se mobilizando, mas a contraproposta dele é sair da internet e realmente participar". Wassmansdorf acredita na função social e na força que essa geração tem, e conclui: "É bem aquela coisa clichê, nós realmente somos o futuro do país".

Mas o perfil do jovem catarinense não é tão homogêneo. A mesa de casa foi o lugar em que a estudante de moda Monique Szpoganicz começou a receber as primeiras noções sobre política. Aos 18 anos, a caloura da Udesc vai votar pela primeira vez, pois aos 16 não se sentia preparada para a tarefa. "Não tinha interesse no assunto, e se tivesse votado seria no candidato que meus pais queriam, não em um escolhido por mim".

Para as eleições municipais, a universitária ainda não decidiu em quem vai votar e confessa que política não é algo que chame sua atenção. Monique Szpoganicz não tem intenção nem interesse em entrar em um partido político, prefere não ter comprometimento, além de considerar a escolha de um candidato mais importante que a de uma sigla.

A defasagem sobre o assunto é outro problema destacado pela estudante. "Acho um erro eu entrar na faculdade sabendo tão pouco de política, não adianta querer cobrar algo sem saber o que se deve cobrar".

Ela aponta a escola básica e a família como principais espaços de discussão e esclarecimento para os jovens, além dos partidos políticos que ainda não aprenderam a se aproximar das novas gerações. "Os políticos que usam as redes sociais têm um estilo que ainda só atinge o meu pai", observa.

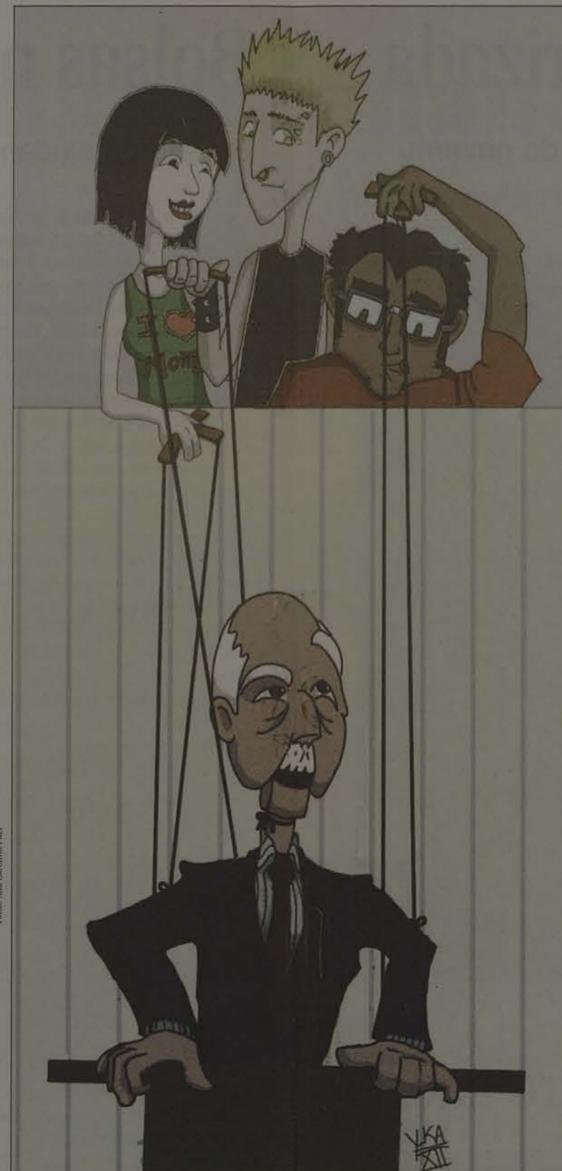
Mesmo sem interagir diretamente, Szpoganicz tem uma opinião otimista sobre o futuro e acredita que o Brasil está melhorando. "Os políticos têm a faca e o queijo na mão para isso", arremata.

"Política é discutir temas relevantes, como o aborto e o consumo desenfreado"



Foto: Ana Carolina Paci

Voto é obrigatório somente a partir dos 18 anos, mas jovens de 16 e 17 também buscam o Cartório Eleitoral para tirar o título



Siglas conservadoras atraem mais filiados

Um terço dos jovens catarinenses está filiado a algum partido político, e, de acordo com dados de 2009 do Tribunal Regional Eleitoral do Estado (TRE-SC), eles são mais conservadores. O partido que tem mais membros entre 16 e 24 anos é o PMDB, com 24%, seguido pelo PSDB (15,5%), DEM (14%), e PP (12%). Apesar do predomínio de centro-direita, as siglas de esquerda também se fazem presentes, como é o caso do PT, com 7% de jovens com ficha assinada.

Na opinião da secretária estadual de juventude do partido, Bruna Brezolim, essa inclinação do eleitorado catarinense pode ser entendida pela análise histórica do estado e seus governos anteriores. Para ela, ainda existe uma relação forte entre quem deseja se engajar politicamente e os medos das antigas gerações. Mas essas amarras estão sendo derrubadas, segundo Brezolim.

Os eleitores atuais têm preocupações claras na visão da petista, principalmente em relação ao meio ambiente, à acessibilidade digital e à quebra de preconceitos. "O jovem espera atitudes e respostas rápidas, assim como ações efetivas, assertivas, e participativas dos que governam". Ela considera fundamental dar um choque de realidade que traga algum desafio, pois é dessa forma que o debate acontece e a democracia é fortalecida.

Brezolim é contrária ao debate pontual apenas em época de eleições. Ela defende que, apesar de ser um momento oportuno para discutir os temas da juventude, não é o único. O PT catarinense aprovou uma resolução para contemplar ao menos 20% de candidaturas jovens em 2012 com o objetivo de renovar a bancada de vereadores no estado.

Jefferson Fonseca, presidente de honra da Juventude PSDB, segunda sigla com maior número de jovens fi-

liados, defende que a nova geração não se mobiliza mais por bandeiras partidárias, e sim por causas. "Os jovens sempre quiseram o diálogo e hoje eles têm a ferramenta para isso". Outra dificuldade destacada é que existe uma visão utilitarista da política, ou seja, que haverá algum benefício ao se filiar, quando na verdade não há, afirma Fonseca.

Para as próximas eleições, a legenda também estabeleceu a meta para os mais novos: ter pelo menos 400 candidatos ligados à Juventude PSDB em todo o Brasil. Dentro do perfil das lutas atuais estão pautas como meio ambiente, corrupção e valores. "Os jovens querem que a política deixe de ser vertical e passe a ser horizontal, querem ter uma comunicação direta com os representantes", ressalta o tucano. Ele ainda conclui que os políticos atuais foram os mesmos que se destacaram durante o período da ditadura, e que, portanto, o cenário atual necessita de renovação.

Apesar das estatísticas, o estudante de História da UFSC Sergio Luis Schlatter Junior, 22 anos, entrou para o grupo de filiados identificados com a esquerda em meados do ano passado e já é pré-candidato a vereador pelo PSOL. Seu envolvimento com a política começou cedo, aos 13 anos, na Pastoral da Juventude em Rio do Sul, a cerca de 200 km de Florianópolis. A mudança de cidade também transferiu sua militância em movimentos sociais do campo para o movimento estudantil.

Dentro da universidade, Schlatter já fez parte do centro acadêmico, foi conselheiro discente do Centro de Ciências Humanas (CFH) e, atualmente, é do Conselho Universitário (CU). Durante o último semestre, ele também esteve envolvido com a campanha à reitoria da candidata Roselane Neckel, que venceu as eleições. Por acreditar que a militância deve ser mais global, ele

aceitou sua pré-indicação à Câmara de Vereadores. "Não fazia parte dos meus planos, mas a juventude precisa ocupar mais espaço", acredita, "e a esquerda também; a maior parte dos mais novos é da chamada direita".

Filiada ao PC do B, Carina Vitral, 23 anos, compartilha a visão do tucano Fonseca. Para ela, não bastam atitudes pontuais, como a caridade. "É preciso mudar o sistema como um todo. E para isso é preciso realmente fazer parte dele". Estudante de Economia na UFSC, ela já fez parte do centro acadêmico e ainda participa dos debates do Diretório Central dos Estudantes (DCE), apesar de nunca ter estado em uma chapa eleita.

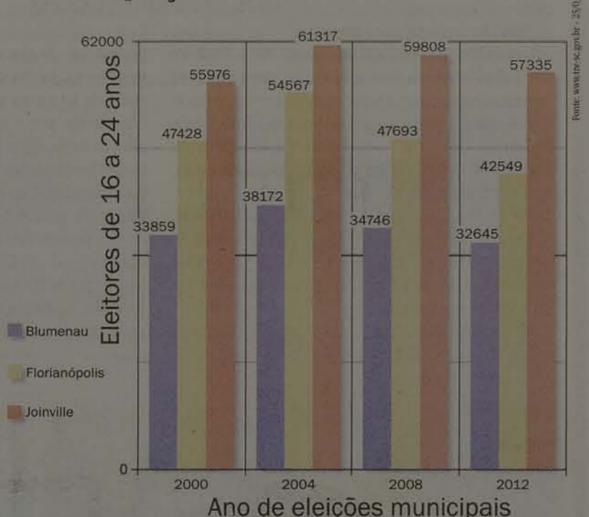
A militância da futura economista a levou à direção de Universidades Públicas da União Nacional dos Estudantes (UNE), cargo que exerce atualmente. E é nesse caminho que pretende seguir.

"Minha motivação não é a carreira política. Pretendo contribuir para o movimento estudantil, para o Brasil, mas de outras formas, sempre alinhada ao partido".

Antes de se filiar em 2007, Vitral fazia parte da União da Juventude Socialista (UJS), uma entidade que mantém laços estreitos com o PC do B. "A UJS atua muito no movimento estudantil porque acredita na força da juventude para resgatar a sociedade, assim como eu", destaca. Ela recorda que a maior parte das lutas sociais da atualidade são protagonizadas pelos jovens, como a Primavera Árabe e o *Occupy Wall Street*. Esses movimentos tiveram a internet como ferramenta de divulgação.

Ana Carolina Paci
ac_paci@hotmail.com
Manuela Lenzi
lenzimanu@hotmail.com

Participação nas maiores cidades



Fonte: www.tre.sc.br - 25/05/2012

Mídias sociais ampliam espaço para campanha eleitoral

São histórias como a de Sérgio Schlatter Junior e de Carina Vitral que inserem as mídias digitais entre as maiores ferramentas para aproximar os jovens da política. Para atrair os 16% do eleitorado estadual, os partidos viram-se obrigados a adaptar suas formas de comunicação. Há os que têm um setor dedicado à juventude, site na internet; alguns até possuem Twitter, Facebook e divulgam suas ideias em blogs. Em razão dessa influência, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que essas mídias sociais sejam consideradas espaço de campanha eleitoral. A utilização do Twitter por candidatos e partidos para arrecadar votos está

proibida até 6 de julho, dia em que a propaganda nos meios de comunicação será liberada. Entre os argumentos do TSE está o fato de que os candidatos que estão na vida pública há mais tempo possuem mais seguidores e podem ser beneficiados. Quem não cumprir a determinação pode ser punido com multas de R\$ 5 mil a R\$ 25 mil. A decisão ainda pode ser contestada e revogada. O acesso à informação política já surte efeito na opinião da juventude. Na visão de 76% dos jovens brasileiros o Brasil está mudando para melhor. Eles querem mais respeito, cidadania, menos violência e mais ética na política. É o que revela o

estudo *O Sonho Brasileiro*, realizado pela empresa de pesquisa Box 1824 e o Datafolha, com cerca de três mil jovens de 18 a 24 anos. Segundo a pesquisa, 83% deles concordam que o poder político nas mãos de poucas pessoas é o grande problema do país, seguidos por 71% que defendem o uso da internet na mobilização de pessoas como um jeito de fazer política. Além disso, 90% dessa nova geração acalentam o desejo de ter uma profissão que seja relevante para a sociedade. Esse panorama revela um pouco do novo perfil dos jovens e o papel que eles querem exercer no futuro do Brasil.



Carreira de professores segue desvalorizada

Sem incentivos para continuar formação, profissionais esperam novas propostas do governo

Carla Pedroso começou a dar aulas para o ensino fundamental há um ano e viu sua renda aumentar com o reajuste do piso proposto pelo governo estadual, divulgada no dia 15 de março, de R\$ 1.187 para R\$ 1.451. Já sua mãe, Dalila Meneguetti, não terá muito o que comemorar pelo menos até 2014. Professora de Ascurra, a 200 quilômetros de Florianópolis, com duas pós-graduações e dez anos de magistério, viu seu salário base passar de R\$ 1.723 para R\$ 1.792 reais. Com pouca perspectiva de crescimento no magistério, Meneguetti complementa a renda vendendo roupas.

A desvalorização da carreira vem sendo discutida pelos professores, que sinalizam uma possível greve a partir de 17 de abril. Os profissionais afirmam não ter incentivo nem condições para seguir estudando, já que consideram que a solução do governo não contemplou suas reivindicações.

Baseado no reajuste proposto pelo executivo que seria aplicado já este ano, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinte) mostra que não haveria diferença entre o valor recebido por um professor com magistério e outro com licenciatura. Ambos receberiam R\$ 1.450. Um profissional com pós-graduação, comparando o salário-base previsto pela proposta atual com os valores praticados desde agosto de 2011, ganhará R\$ 68,94 a mais. Considerando que o custo de uma pós-graduação em educação é de aproximadamente R\$ 300 mensais, e que é necessário dedicar tempo extra aos estudos, os professores não se sentem incentivados a continuarem se especializando.

Os valores apresentados pelo governo Colombo diferem da proposta dada pelo sindicato, assim como são

conflitantes os conceitos da incidência do piso. Somando vencimento base, regência de classe, vale-alimentação e abono, a previsão da Secretaria Estadual de Educação (SED) de ganho de um professor com ensino médio para maio deste ano é de R\$ 2.058,74. Esse valor sobe para R\$ 2.590,63 para profissional com pós-graduação. A crítica dos professores é de que, nessa conta, é considerado o rendimento total no cálculo dos aumentos, e não o piso-base aplicado na carreira. Marta Vanelli, secretária-geral do Conselho Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), denuncia que 16 estados não cumprem a lei do piso aplicado na carreira. "Em Santa Catarina, essa discussão se mantém desde a medida provisória (MP) 188, apresentada pelo governo e rejeitada na ALESC. Já na MP 189, o piso é vencimento inicial, mas com diferença para quem tem nível superior e achatamento da tabela", ressalta Vanelli.

Além do fator econômico, os profissionais da educação dizem faltar tempo para investir na formação. "As 40 horas máximas de atividades previstas em lei nunca são suficientes. Os professores também têm que preparar aulas e corrigir provas e exercícios além do tempo em sala", conta Cátia Grava, professora do ensino fundamental. De acordo com a lei, a carga horária máxima deve ser dividida em dois terços de atividade direta com o aluno e um terço fora da sala. A Secretaria diz que deve ser contado o tempo marcado no relógio, o que resultaria em 32 horas de sala de aula para oito de preparação de atividades, que devem ser cumpridas dentro da escola. Os professores exigem que seja computado nesse cálculo cada hora-aula de sala, equivalente a 45 minutos.

Mínimo salarial é descumprido em 16 estados, segundo conselho dos trabalhadores



Categoria já se mobiliza e promete mais uma greve no dia 17

Secretaria de Educação de SC diz cumprir o piso

A proposta da Secretaria Estadual de Educação (SED) assegura o cumprimento do reajuste de 22,22% para quem ganha até R\$ 1.451, beneficiando 30 mil professores. Profissionais que têm vencimentos acima do valor receberiam o aumento em parcelas com vencimento entre 2013 e 2014. "Vou receber o que é meu por direito desde agora somente em 2014?", questiona Clóvis Miguel, professor de Artes em Tubarão.

A resposta dada na assembleia estadual do dia 15 de março, organizada pelo Sinte, foi rejeitar a proposta. Apesar de garantir que o piso seria estendido à carreira, Deschamps justificou, em nota: "o achatamento da tabela salarial é um efeito da aplicação da lei do piso, o qual precisamos corrigir de forma negociada com a categoria e com lideranças nacionais". Como o reajuste do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) é anual, Deschamps prometeu negociar os aumentos já previstos para estes anos. Uma mesa de discussão composta pela Coordenadoria Executiva de Negociação e Relações Funcionais (CONER), o órgão da secretaria responsável pela negociação com os professores, debateu inclusive a possibilidade de reestruturar o plano de carreira dos professores.

Impasse se arrasta há quatro anos

Desde a criação da Lei do Piso, em 2008, já se falava em problemas no pagamento do que a lei federal previa. Ao mesmo tempo em que preferiu não vetar a lei 11.738, o então presidente Lula enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 3.776, propondo reajuste do piso pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e não mais pelo valor-aluno (custo anual do aluno para cada Estado) determinado pelo Fundeb. O projeto ainda tramita na Câmara dos Deputados.

A SED recebeu R\$ 1,8 bilhão do Fundeb este ano e argumenta que já utiliza mais de 80% dos recursos com salários, acima do valor estipulado pela lei. A regra determina que 60% do valor do fundo vá para o pagamento de professores e profissionais relacionados à atividade pedagógica, como supervisores e diretores, desde que estejam em efetivo serviço.

A preocupação da SED é com o investimento em outras áreas como manutenção e melhoria das instala-



Desestimulados e sem tempo, professores não se atualizam

ções físicas das 1.308 escolas do sistema estadual, aquisição de material de ensino e aperfeiçoamento profissional dos professores. "O impacto do reajuste este ano será de R\$ 34 milhões mensais na folha de orçamento", calcula o secretário de Educação Eduardo Deschamps. Segundo Marta Vanelli, "o governo assumiu o compromisso de cumprimento da lei do piso porque

iria desvincular o dinheiro do Fundeb como base de cálculo para distribuição dos recursos aos poderes, e fez isso a partir de janeiro, portanto deveria haver dinheiro reservado para pagar os 22,22% na carreira".

Maíla Diamante
maíla.filo@gmail.com

Índice revela contrastes na qualidade do SUS

Setores isolados levam SC à melhor posição nacional, mas ainda há deficiência no sistema

O Sistema Único de Saúde (SUS) de Florianópolis é considerado o terceiro melhor entre as capitais brasileiras, mas em Joinville o programa Estratégia da Saúde da Família deixa de atender à demanda de dois terços da população. Esse é um dos exemplos de contrastes do atendimento médico prestado nos municípios catarinenses, evidenciados pelo Índice de Desempenho do SUS (IDSUS 2012). A ferramenta foi lançada pelo Ministério da Saúde no dia 1º de março e avaliou a eficiência dos serviços entre 2008 e 2010. Com 6,29 pontos em uma escala de 0 a 10, Santa Catarina obteve a melhor avaliação do país – 5,47 é a média nacional. Porém, o relatório detalhado da pesquisa demonstra que a nota catarinense foi elevada devido à qualidade do serviço prestado pelas chamadas “ilhas de excelência”, que ofuscaram setores e regiões onde predomina a precariedade.

Superintendente da secretaria da Saúde de Santa Catarina, Walter Vicente Gomes Filho declara que não é favorável à elaboração de um ranking de municípios a partir do mesmo índice. “As realidades são muito distintas. Não se pode comparar”, argumenta. Gomes Filho

lamentava a cobertura precária do programa Estratégia da Saúde da Família na região de Joinville, mas alega que o problema havia sido identificado pela secretaria antes da divulgação do índice. Quanto às “ilhas de excelência”, responsáveis por elevar Santa Catarina ao status de melhor SUS do país, ele destaca o setor de transplantes – recordista nacional em 2010, com 25,2 doadores efetivos por milhão de habitantes –, o centro de tratamento de epilepsia no Hospital Celso Ramos e o sistema de telemedicina e telessaúde desenvolvido no Hospital Universitário (HU/UFSC), em Florianópolis.

O desempenho do SUS catarinense se evidencia não apenas em números, mas também na satisfação dos pacientes. A aposentada Terezi- nha Maria Roberto, 46 anos, utiliza os serviços do HU há quinze anos para tratar de uma enfermidade na tireóide, e confirma a eficiência do atendimento. “Eu saio de lá [Videira, a 407 km da capital] à noite, chego ao hospital às seis



Áreas de telemedicina e telessaúde do HU foram avaliadas como ilhas de excelência

da manhã do dia seguinte e espero até a uma da tarde na fila, mas sempre sou bem tratada. Quando termino, é só avisar o pessoal da secretaria de Saúde que logo eles me levam de volta pra casa”, relata. Ela também elogia o sistema

de acompanhamento médico: “A doutora que iniciou meu tratamento mora agora em Fraiburgo, mais perto de Videira. E pelo menos uma vez a cada quinze dias ela aparece lá pra ver minha situação ou solicitar outros exames”.

Resultado não altera plano de ação

O principal objetivo do IDSUS 2012, segundo o ministro da Saúde Alexandre Padilha, é servir como um instrumento de monitoramento para que os dirigentes dos três níveis – federal, estadual e municipal – tomen suas decisões. Gomes Filho não acredita que isso acontecerá na prática, porque o plano de ações da secretaria estadual de Saúde já foi definido. “A cada quatro anos, é feito um diagnós-

tico situacional que resulta no Plano Estadual de Saúde, e é a partir dele que nos planejamos”, esclarece. Ele minimiza a importância da avaliação como uma ferramenta inovadora que levará ao aprimoramento dos serviços. “O resultado é baseado em uma série de dados que já tínhamos, e que agora foram somente aglutinados”, avalia. “Possivelmente, um dia vai ser importante a ponto de alterar nossa maneira

de trabalhar. Mas ainda não é”.

O índice levou em conta os diferentes níveis de atenção – básica, especializada ambulatorial e hospitalar, e de urgência e emergência – entre 2008 e 2010, e separou as cidades conforme critérios socioeconômicos e de infraestrutura. A qualificação final foi obtida a partir do cruzamento de 24 indicadores, dos quais 14 são relacionados ao acesso e dez à efetividade do serviço.

Usuária reclama de atendimento

A dona de casa Rutelena Custoda, 49 anos, não acredita que o serviço prestado pelo SUS catarinense é o melhor do Brasil. Ela acusa que houve negligência médica no Hospital Regional de São José no tratamento de seu irmão, o aposentado José João da Silva, 72 anos. “Ele sofreu um acidente de carro na primeira semana de março, veio ao Regional, fez um ponto na testa e foi liberado. No dia 13, teve que voltar porque estava com umas bolhas de sangue na cabeça e não parava de vomitar. Aí, tiveram que fazer cinco cirurgias nele”, desabafa Custoda. “O estado dele é deplorável, só não dá pra dizer que está morto porque está respirando. Ainda assim, eles já avisaram que vão dar alta amanhã. Eu sei que, se sair daqui, meu irmão vai correr risco. Eu não moro aqui e não vai ter ninguém que cuide dele”. Ela se queixa ainda da atitude do médico responsável. “Ele disse que no hospital ninguém cuida de ninguém, e que se eu quero que alguém cuide dele, é pra mandá-lo pra um asilo”.

O Hospital Regional de São José também é conhecido pelas longas filas no setor de emergência. Gomes Filho atribui o problema principalmente à desinformação dos pacientes. “Pelo menos metade daquelas pessoas nem deveriam estar ali, porque podiam ser atendidos



Custoda aponta negligência

em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Elas atendem em torno de 92% de seus pacientes, mas as pessoas ainda têm a cultura de ir ao hospital, e isso acaba congestionando as emergências”, argumenta. As UPAs mais próximas de São José estão localizadas no bairro Rio Tavares, aproximadamente 18 km de distância, e em Canasvieiras, a 30,4 km. Em agosto de 2010, iniciou-se a construção de uma unidade no continente, no bairro Jardim Atlântico, que terá capacidade para atender até 530 pacientes por dia e está a 2,3 km do Hospital Regional. A obra deveria ser entregue em dezembro de 2011, mas foi adiada para julho deste ano devido a problemas na fundação do prédio.

Daniel Giovanaz
daniel.giovanaz@gmail.com
Marina Empinotti
malisboa@hotmail.com

Indaial justifica última colocação

A cidade catarinense que recebeu a pior qualificação no IDSUS – 4,72 pontos – foi Indaial, no Vale do Itajaí. O secretário de Saúde do município, Enilson Erley de Freitas, se defende alegando que alguns serviços de referência não foram considerados no índice. “Nosso atendimento não está tão ruim. A saúde bucal, por exemplo, é excelente. O problema é que só foram levados em conta os profissionais que trabalham 40 horas por semana, e aqui eles trabalham 20 horas”, justifica.

Águas Mornas, na Grande Florianópolis, obteve 7,82 pontos e foi o município mais bem avaliado do estado. Érica Dantas, secretária



Águas Mornas comemora a melhor pontuação em Santa Catarina

de Saúde local, assumiu o cargo em janeiro deste ano e não se considera responsável pelo resultado. Por isso,

atribui o mérito pela primeira colocação no IDSUS 2012 à seriedade do trabalho das gestões anteriores.

Prestação de contas aponta disparidades

Corrida pela reitoria tem contrastes

Os gastos da chapa de Carlos Alberto Justo da Silva (Paraná) e Vera Lúcia Bazzo representam 42% do total investido pelos cinco concorrentes à reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em novembro de 2011. A campanha de Paraná custou R\$ 56,5 mil, mais que o dobro da candidatura de Roselane Neckel e Lúcia Helena Martins Pacheco, vencedoras na disputa. No que diz respeito às origens dos recursos, as prestações de contas apresentam diferentes níveis de detalhamento e, na maioria, não indicam seus financiadores.

No primeiro turno, dos R\$ 53,3 mil despendidos pela chapa Paraná-Vera, R\$ 17,2 mil destinaram-se somente à impressão gráfica de material, R\$ 180 a mais do que gastaram Irineu Manoel de Souza e Carlos Antônio Ramirez Righi em todo o pleito. Do restante, R\$ 20,4 mil foram gastos em publicidade e material promocional; R\$ 10 mil em despesas com telefone, frete, serviços prestados e despesas bancárias; R\$ 2 mil em alimentação, material de expediente, manutenção e limpeza. No lançamento da candidatura e outros eventos, R\$ 3,6 mil foram utilizados, valor superior ao custo total da campanha da chapa de Fernando Kinoshita e Eduardo Antonio Temponi Lebre.

A chapa Roselane-Lúcia foi a terceira que mais gastou, com R\$ 22,6 mil — R\$ 11,5 mil no primeiro turno e outros R\$ 11,1 mil no segundo. Elas destinaram R\$ 4,9 mil a viagens. As candidatas visitaram os *campi* da UFSC — Curitiba, Joinville e Araranguá — e Brasília. Segundo o estudante de História Sergio Luis Schlatter Junior, líder estudantil do comitê, a visita à Capital Federal serviu para apresentar o programa da candidatura e conhecer o funcionamento dos órgãos que se relacionam à UFSC. Outros R\$ 15 mil foram gastos, entre os dois turnos, com materiais de divulgação: *bottons*, placas, adesivos e panfletos. Os serviços de assessoria de imprensa custaram R\$ 2,7 mil.

A candidatura de Dilvo Ristoff e Rogério Bastos investiu R\$ 34 mil e foi a segunda que mais arrecadou, embora tenha ficado em 4º lugar. A chapa Irineu-Righi, que arrecadou R\$ 17 mil, acabou ficando com o terceiro maior número de votos. Com gastos de R\$ 3,3 mil, a candidatura de Kinoshita e Lebre, última colocada nas urnas, foi também a que menos arrecadou.

No segundo turno da eleição, enquanto a candidatura Roselane-Lúcia obteve praticamente o mesmo valor do primeiro turno — R\$ 11,1 mil — para investir na campanha, a chapa Paraná-Vera, arrecadou somente R\$ 3,5 mil. “Talvez porque achassem que a eleição já estava ganha”, explica o professor Ariovaldo Bolzan, coordenador geral da campanha e ex-vice-reitor da UFSC, quando perguntado sobre a disparidade entre os valores gastos com a campanha no primeiro e no segundo turno. Outros motivos, segundo ele, seriam o curto período de campanha no segundo turno e o fato de todos os materiais estarem impressos e os cartazes colocados.

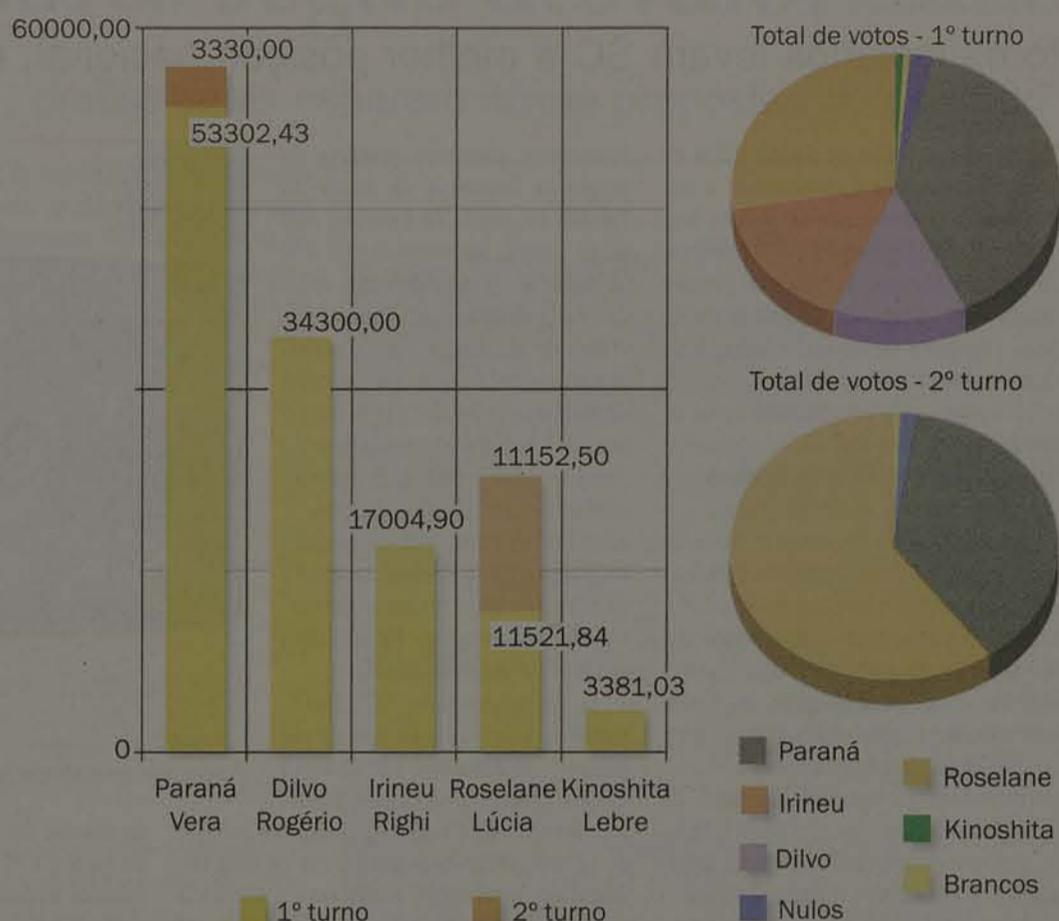
Chapas não revelam financiadores da campanha

O regimento eleitoral não obriga os candidatos a declararem a origem de seus fundos de campanha. Paraná-Vera foi a chapa que mais arrecadou, mas declarou de maneira menos detalhada seu balanço de contas — a origem da receita é identificada genericamente como “doações e contribuições”. O professor Ariovaldo Bolzan, coordenador da campanha, garante que todos os recursos da chapa foram doados por amigos e co-

laboradores da comunidade universitária, sem participação da iniciativa privada.

A chapa Roselane-Lúcia declarou o recebimento de cada uma das 75 contribuições aos fundos da campanha, mas não identificou nominalmente os doadores. Em geral, as pequenas doações de até R\$ 500 compuseram a receita — apenas oito doações superaram esse valor. De acordo com Schlatter Junior, todos

Investimento alto não garantiu vitória



Brecha permite balanços simplificados

As normas do processo eleitoral não são específicas quanto ao detalhamento das prestações de contas. Segundo a vice-presidente da Comissão Eleitoral, Jouhana do Carmo Menegaz, esta lacuna permitiu que as candidaturas entregassem balanços gerais dos gastos com a campanha, sem ter que especificar a origem dos recursos ou comprovar com documentos a aplicação dos mesmos.

A única menção sobre o formato das prestações de contas do regimento eleitoral está na resolução número 2 da Comissão Eleitoral, no seu artigo 51 e estabelece que “as chapas apresentarão à Comissão Eleitoral de Entidades, no prazo de 5 cinco dias úteis após o encerramento da votação, a prestação de contas de suas campanhas, indicando receitas e despesas”.

A UFSC possui o quarto maior orçamento do estado. Para 2012 está estimado em R\$ 1,2 bilhão e é menor somente que o das prefeituras de Joinville (R\$ 1,6 bi), Florianópolis (R\$ 1,3 bi) e Blumenau (R\$ 1,3 bi) — para uma comunidade de 41 mil pessoas, entre estudantes, professores e técnicos, cerca de 10% da população de Florianópolis.

A lei nacional que estabelece normas para as eleições majoritárias, número 9.504, de 30 setembro de 1997 — que se aplica, por exemplo, às eleições para prefeitura de Florianópolis —, exige que as prestações de contas sejam acompanhadas dos extratos das contas bancárias referentes à movimentação dos recursos financeiros usados na campanha e da relação dos cheques recebidos, com a indicação dos respectivos números, valores e nome dos doadores.

Rifas, doações e recursos próprios justificam origem de receitas dos candidatos

os recursos foram doados por professores, técnicos e alunos da UFSC. “Não tivemos doações externas. A gente era contra isso”, assegura.

Irineu e Righi financiaram 81% da própria campanha, com contribuições de R\$ 5,2 e R\$ 8,6 mil respectivamente. Os outros R\$ 3 mil foram reunidos através de um livro ouro com doações de amigos e simpatizantes.

A candidatura de Dilvo e Rogério

Bastos obteve R\$ 28 mil através de uma ação entre amigos — uma rifa. O professor Antônio Carlos de Souza, coordenador financeiro, esclarece que os objetos rifados foram um *iPad*, uma bicicleta e uma televisão. Os candidatos Fernando Kinoshita e Antônio Lebre autofinanciaram sua corrida à reitoria.

Rodrigo Chagas
rodrigossimoeschagas@gmail.com

Prata gasta mais de R\$ 100 mil em viagens

Despesas foram autorizadas e reitor justifica que visitas são necessárias para divulgar trabalho

A partir de maio deste ano, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) passa a ser administrada por uma nova concepção. Roselane Neckel e Lucia Pacheco foram eleitas em novembro de 2011 e assumem as ações na reitoria pelos próximos quatro anos. O atual reitor Álvaro Toubes Prata vai deixar a universidade para assumir a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em Brasília. Mas será que a comunidade acadêmica sabe quanto dinheiro foi gasto, por exemplo, em viagens nos últimos quatro anos pelo gabinete do reitor?

Entre maio de 2008 e dezembro de 2011, foram usados R\$110.972,05 com passagens e diárias. Em seu penúltimo ano de gestão, Prata gastou R\$32.545,52 com hotéis sendo que praticamente a metade disso foi em idas ao exterior. De 26 de abril a 5 de maio de 2011, o reitor viajou para participar de atividades do Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação, segundo o Diário Oficial da União publicado no dia 22 de abril do mesmo ano. Prata explica que foi à Europa mais de uma vez em nome da UFSC e por diferentes

motivos: "Algumas vezes fui a serviço do governo brasileiro. Nesses casos a viagem é paga pela Capes ou CNPq. E outras vezes fui pelo contexto das cooperações que a universidade tem com a Alemanha".

O valor pode até ser considerado baixo em relação ao orçamento da UFSC, que passa de R\$1 milhão para este tipo de despesa. De acordo com orçamento divulgado pela Diretoria de Gestão Orçamentária da Secretaria de Planejamento de Finanças (Seplan), no ano de 2011 a universidade recebeu de órgãos financiadores do Governo Federal, por meio de descentralização de créditos, um orçamento no valor de R\$1,1 bilhão. Deste total, R\$1,8 milhão são para diárias e R\$3,7 milhões para passagens de funcionários públicos da UFSC.

O reitor Álvaro Prata concorda que os valores do orçamento são altos, mas afirma que esse tipo de despesa é necessária. "A universidade precisa gastar muito com diárias e passagens por várias razões. Por exemplo, hoje a UFSC não existe num só lugar, as pessoas precisam se deslocar entre os quatro campi. E nós também precisamos interagir com outras instituições para divulgar nosso trabalho", justifica.



"As pessoas precisam se deslocar entre os quatro campi?"

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 20 de abril de 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto no 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, com redação dada pelos Decretos no 1.701, de 14 de novembro de 1995, e no 2.349, de 15 de outubro de 1997, autorizar o afastamento do País dos seguintes servidores:

com ônus limitado (Processo 23075.071758/11-15)

ALVARO TOUBES PRATA, Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, de 26.04 a 05.05.2011, trânsito incluso, para participar como chefe de delegação de universidades brasileiras na condição de Reitor da UFSC em missão da DAAD, no âmbito das atividades Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação, na Alemanha, com ônus UFSC (passagem aérea e diárias), art. 1º, IV e §1º (Processo 23080.012028/11-79)

Diário Oficial comprova utilização do dinheiro para participar de eventos na Europa em 2011

Dados estão disponíveis na internet

De olho nos gastos dos servidores, a Seplan faz uma auditoria interna anualmente e encaminha para a Controladoria Geral da União (CGU). A Controladoria, por sua vez, analisa os dados e, se considerar alguma despesa suspeita, vem à universidade investigar as informações. Durante todo o ano, o Tribunal de Contas da União (TCU) também pode comparecer à UFSC para auditar e examinar documentos.

O Portal da Transparência do Poder Executivo Federal (www.transparencia.gov.br), lançado em novembro de 2004 pela CGU, tem como objetivo veicular dados e informações detalhadas sobre a utilização do orçamento da União, como os gastos efetuados por órgãos e entidades da administração pública federal e repasses de recursos aos estados, Distrito Federal e municípios. Segundo o decreto nº 5482 de 30

de junho de 2005, a CGU fica responsável pela administração do portal, assim como pela fiscalização dos gastos.

O assistente do Núcleo de Ações de Controle de Santa Catarina na Controladoria Geral da União, Tito Pablo Stolf, afirma que não existe uma periodicidade nas auditorias realizadas pela CGU: "Elas são feitas aleatoriamente e sempre no final de cada gestão como modo de avaliação". Além dessas auditorias, a Controladoria pode solicitar documentos detalhados de funcionários públicos a qualquer momento, em caso de denúncia ou suspeita de fraude. "O Portal da Transparência deve conter os gastos detalhados de todos os servidores públicos. Não existem motivos específicos para que não haja descrição de viagens e outras despesas", completa Stolf.

O decreto nº 71.733, de 18 de ja-

neiro de 1973, esclarece que o servidor tem a permissão de utilizar o dinheiro público desde que seja indicado o tipo, a natureza da atividade, o período previsto para sua duração e a possibilidade de acompanhantes. Já o de nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, diz respeito às despesas cobertas pelo Governo Federal. Segundo o Artigo 2º, "as diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do serviço, destinando-se a indenizar o servidor por despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana". O Artigo 3º complementa afirmando que serão pagos os deslocamentos de servidores da administração pública federal para participar de reuniões de colegiados.

Rafaela Blacutt

rafaelablacutt@gmail.com

Gestores em São Paulo e Brasília já sofreram processos por abusos

O gasto indevido de dinheiro público pode resultar em problemas judiciais. Em abril de 2005, o reitor da Fundação Santo André (FSA) Odair Bermejo foi acusado de gastar R\$ 18 mil da universidade para participar de dois congressos no nordeste em julho de 2005. Um em Fortaleza (CE), onde o reitor não consta na lista de presentes e o outro em São Luís (MA), que sequer foi realizado. Segundo o Ministério Público (MP), Bermejo passou por dez cidades do nordeste fazendo turismo durante quase um mês. O reitor foi denunciado pela promotoria por usar dinheiro público em viagens a passeio, coagir testemunhas e fraudar notas fiscais. O Conselho Diretor da FSA votou pela destituição de Bermejo do cargo de reitor, mas o caso ainda não foi a julgamento.

Outra situação similar foi denunciada pelo MP. O então reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, foi acusado de improbidade administrativa em 2008. Mulholland teria mobiliado seu apartamento funcional com móveis e utensílios de luxo utilizando verba repassada à UnB pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), o que é irregular. O valor da decoração teria atingido R\$ 470 mil.

O ex-reitor da UnB sempre negou as acusações e chegou a divulgar uma carta comunicando o afastamento do cargo para "assegurar os princípios constitucionais da transparência na apuração dos fatos". Mulholland foi inocentado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) três anos mais tarde.

Ainda em 2008, o reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Ulysses Fagundes Neto pediu demissão do cargo após denúncias de irregularidades. De acordo com o relatório divulgado pelo TCU, os gastos ilegais do ex-reitor chegaram a quase R\$230 mil, incluindo a compra de um barbeador e uma escova de cabelo por R\$300, além de hospedagens em hotéis luxuosos na Europa. Neto foi afastado da Unifesp e aguarda julgamento.

Famílias lutam pela integração de autistas

Acompanhamento individual de professores às crianças com o transtorno é garantido por lei

Nos primeiros anos de vida, as crianças têm hábitos muito parecidos. Elas começam a interagir com os pais, ensaiar os primeiros passos e balbuciar algumas palavras. Nesta fase, o desenvolvimento de Rodrigo Felipe Vendruscato Luiz, 14 anos, não foi diferente. Apenas quando estava perto de completar três anos, seus pais perceberam que ele começou a reduzir a interação e a comunicação verbal. Francisco Aparecido Luiz e Gilmara Vendruscato Luiz levaram o filho em diferentes médicos para saber o que estava acontecendo, até que foram encaminhados à Fundação Catarinense de Educação Especial, onde foi diagnosticado o autismo. Diferente do que ocorre normalmente, os bebês autistas não se interessam pela voz e a face humana. Apresentam pouco contato visual, não toleram muito o toque, são sensíveis ao som e demonstram a ausência de gestos sociais, como não ter o costume de apontar para os objetos que desejam. O psiquiatra Daniel Filho ressalta que nem todas as crianças manifestam todas as características.

Assim como a maioria dos pais que recebem essa notícia, Luiz e sua esposa passaram por quatro estágios. Primeiro a indignação, seguido da rejeição, aceitação e, finalmente, luta pela causa. Este último, teve início quando ele soube que era garantido por lei que seu filho estudasse em uma escola pública municipal, com direito a uma professora adjunta que o acompanhasse nas aulas, e resolveu lutar por isso. "Se puxar a ficha de alunos especiais da rede de ensino de São José, o Rodrigo aparece como o primeiro de uma lista que hoje está chegando a 100 estudantes", relata.

Jovens podem demonstrar pouco ou nenhum interesse por amizades

O objetivo de Luiz ao incluir seu filho no ensino regular não era que ele aprendesse a ler ou a escrever. Para ele, o mais importante era a socialização de Rodrigo com crianças da sua idade e, também, o aprendizado que os outros ganhariam com isso. Em casa, para facilitar a comunicação, eles criaram uma cartilha com figuras que substituem as palavras verbalizadas. Por exemplo, se o filho aponta para um carro, um shopping e uma pizza, Luiz já sabe que ele está pedindo para ir ao shopping, de carro, comer pizza.

Essa nova forma de comunicação não foi a única influência da síndrome na vida do casal, que hoje são presidente e vice-diretora da Associação de Pais e Amigos de Autistas (AMA) de Florianópolis. O envolvimento de Luiz foi além e este ano ele se forma em Sociologia, curso que fez para buscar mais conhecimento sobre a educação inclusiva.

Entre os transtornos do desenvolvimento, o autismo é o mais conhecido. Em 1943, o psiquiatra austríaco Léo Kanner descreveu pela primeira vez o que denominou de "distúrbios autísticos do contato afetivo", por ser uma desordem neurológica marcada pela dificuldade de se relacionar, comprometimento da linguagem e padrões repetitivos e estereotipados de comportamentos, interesses e atividades. Em 2008, depois de 65 anos, 2 de abril foi consagrado como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo.

Eventos beneficentes

Em Florianópolis, as famílias de crianças diagnosticadas com autismo ou que apresentem sintomas da síndrome podem encontrar orientação e apoio na AMA. Mas para conseguir recursos que mantenham a estrutura da associação, a diretoria organiza bingos, eventos e rifas. Em abril, haverá um jantar beneficente promovido pela associação com o apoio dos restaurantes Ataliba e Bragança.

O quê: Carreteiro

Quando: 27/04, às 20h

Quanto: R\$ 30

Onde: Restaurante Bragança, em Jurerê Internacional

Informações: (48) 8409-5541



Nas reuniões de pais, indignação, rejeição, aceitação e luta pela causa são assuntos recorrentes

Exame não diagnostica o distúrbio

Rudimar Riesgo, professor de pediatria e neurologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), esclarece que o diagnóstico da doença é feito pela identificação dos sintomas: "Não existe nenhum exame laboratorial". Ele acrescenta que a evolução do quadro depende de vários fatores, como "precocidade do diagnóstico, tipo de autismo, preservação ou não da inteligência, inclusão no ensino, experiência dos profissionais e principalmente a capacidade dos pais em vencer uma série de percalços". O *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV)* classifica cinco tipos de autismo que variam conforme a intensidade.

As crianças tendem a explorar os brinquedos de forma não funcional: preferem se ater ao gosto ou ao cheiro do que brincar. Uma característica associada são os movimentos repetitivos, como o estalar dos dedos e o balançar do corpo. Os jovens podem demonstrar pouco ou nenhum interesse por amizades e os mais velhos podem até se interessar, mas não compreendem as convenções de interação social. Silvana Venâncio, pedagoga do Núcleo Desenvolver do Hospital Universitário, explica que eles entendem tudo literalmente: "Se você disser que a Mônica está no cesto de revistas, eles vão achar que existe uma pessoa em um cesto e não vão deduzir que é a revista da *Turma da Mônica*". Com o tempo pode surgir o interesse por um assunto espe-



Rodrigo faz tratamento interdisciplinar

cífico e irritabilidade, principalmente quando se muda a rotina. Dependendo da intensidade dos sintomas, que mudam com a idade, alguns necessitam de acompanhamento durante toda a vida. O ideal é que o diagnóstico seja feito antes dos três anos para que o autista tenha maiores possibilidades de ter uma vida mais independente no futuro.

A melhor forma de tratamento é a interdisciplinar, onde profissionais de diversas áreas trabalham juntos trocando informações. O neuropediatra Clay Brites explica que essa abordagem tem a "participação concomitante da medicação, das psicoterapias comportamentais de apoio, de estratégias multissensoriais, intervenção fonoaudiológica e estruturação educa-

cional diferenciada". Para Sandra Carrieri, pedagoga do Colégio Aplicação da UFSC, todas as licenciaturas deveriam abordar com mais profundidade a questão da deficiência e da inclusão. Mesmo assim nenhum método serve para todas as crianças com autismo. O tratamento tem que ser individualizado e baseado em cada paciente.

Não há medicação eficaz para os sintomas centrais do autismo: "As medicações são para sintomas acessórios como irritabilidade, insônia, ansiedade, crises agressivas", diz Filho. Isso existe porque, segundo Fátima Dourado, presidente da Associação Brasileira para a Ação por Direitos das Pessoas com Autismo (Abraça) e mãe de dois

autistas, o distúrbio normalmente está associado a outros problemas como "deficiência intelectual, epilepsia, síndromes neurocutâneas, problemas genéticos e metabólicos e alguns distúrbios psiquiátricos como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, transtornos de ansiedade e do humor".

No Brasil não há uma estimativa oficial do governo. Os dados utilizados são de instituições estrangeiras, como o relatório de 2006 do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, onde uma a cada 110 crianças possui uma desordem autista.

Amanda Melo
amandacdcmelo@gmail.com
Juliana Ferreira
juferreira.jorn@gmail.com

Número de jovens soropositivos ainda cresce

Em Santa Catarina, mais de 20% dos novos infectados por HIV têm idade entre 15 e 29 anos

A geração que hoje tem entre 18 e 25 anos é a primeira que convive com as informações sobre a AIDS desde que nasceu. A doença foi identificada em 1982. Trinta anos depois e apesar da divulgação massiva sobre o assunto, os jovens ainda são o principal foco de preocupação do Governo Federal quando se fala na doença. Os números do Ministério da Saúde em 2011 mostram que a tendência de infecção entre o público de 15 a 24 anos está aumentando. Só em Santa Catarina, são 1.057 novos casos no último ano, sendo que 232 foram entre jovens de 15 a 29 anos. O estado está em terceiro lugar no ranking de casos de AIDS no Brasil. Na capital, somente no ano passado, foram diagnosticados 52 novos casos entre jovens desta mesma faixa etária. Em números gerais, a cidade fica em segundo lugar entre as capitais com mais casos registrados em 2010, atrás apenas de Porto Alegre. A capital gaúcha apresenta 99,8 casos para cada 100 mil habitantes, enquanto Florianópolis fica com 57,9.

O público jovem, em geral, é bem informado. Segundo dois estudos relacionados à prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) realizados pelo Ministério da Saúde em 2007 e 2008, os rapazes de 15 a 24 anos são os que mais usam o preservativo em todas as situações: 43%. É o caso do estudante Yuri Dias, 21 anos;

Todos sabem que devem usar proteção, mas acham que nada vai acontecer

“E não é nem por filho não, é por doença mesmo”, completa.

Relações sexuais casuais acontecem com maior incidência entre jovens, o que aumenta ainda mais as chances de contágio. Há dez anos, numa pesquisa realizada entre recrutas do Exército, quase um quinto dos entrevistados revelou que manteve relações com mais de dez parceiros. Cinco anos depois, esse percentual subiu para mais de um quarto, o que pode ser uma das explicações para o aumento de casos entre o grupo.

Sandra Maria de Oliveira, voluntária do Lar Recanto do Carinho, organização que cuida de crianças infectadas, diz que os jovens não se veem em risco e não se sentem responsáveis pela

própria saúde. “Durante os dez anos em que estive no Lar. Vi diminuir o número de casos de jovens infectados por compartilharem seringas. Hoje, eles se infectam muito mais através de relação sexual desprotegida. Todos sabem que têm que usar, mas se descuidam porque pensam que não vai acontecer com eles”, relata Oliveira, mãe de um jovem soropositivo.

É quase consenso entre os jovens que o uso da camisinha é a melhor maneira de evitar a infecção pelo HIV: 97% dos 36 mil homens entrevistados pelo Ministério da Saúde disseram saber disso. Essa informação, porém, não tem influenciado sua atitude. Apenas 68% usaram



Mariângela Simão, da Unids, esteve em evento sobre a síndrome na UFSC

proteção na última relação com parceiro casual no último ano. Dado positivo é que os jovens do sexo masculino que mantêm relações com homens (HSH) tendem a usar 2,2 vezes mais o preservativo do que os heterossexuais.

Conscientizar continua sendo a melhor saída

“A sociedade ainda vê com muito conservadorismo um tema que deveria ser tratado como questão de saúde pública”, desabafa Greco ao falar sobre as campanhas de conscientização promovidas pelo governo e voltadas para públicos específicos, como homossexuais e jovens. A população gay tem sido o principal alvo do programa brasileiro de prevenção à AIDS, lançado em fevereiro. Com o objetivo de criar oportunidades para discussão do preconceito e incentivar o uso do preservativo, uma das propagandas que seriam lançadas neste ano trazia cenas de dois rapazes trocando carícias. Entretanto, manifestações contrárias ao vídeo que iria ao ar a partir da segunda semana de fevereiro o fizeram ser substituído por outro menos polêmico.

Mariângela Simão, responsável pela Divisão de Prevenção, Vulnerabilidade e Direitos do Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/AIDS (Unids), com sede em Genebra, quando questionada sobre a prevenção da doença, relembra, bem humorada, uma frase do ex-presidente Lula: “Nós precisamos ensinar as crianças a fazer sexo nas escolas”. Para ela, é fundamental que iniciativas como o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas continuem contribuindo para a educação sexual dos jovens.

“Taxa é maior entre homens gays”

Os ativistas homossexuais buscam dissociar a imagem de que a síndrome está relacionada ao grupo, porém um dos principais focos do Ministério da Saúde ainda é esse público. Durante o 2º Simpósio Nacional Sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, realizado em março na UFSC, o infectologista Dirceu Greco lembrou que os jovens gays ainda são o público mais vulnerável. Greco é diretor do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, responsável pelo *Boletim Epidemiológico AIDS e DST 2011*. Esse documento apontou que entre os jovens HSH de 18 a 24 anos, o índice de incidência da doença atingiu 4,3%.

A chance de um gay, com idade entre 17 e 20 anos, estar infectado pelo HIV é 13 vezes maior. De 2002 a 2007, a incidência dobrou.

Entre 1999 e 2010, a taxa de infecção de jovens heterossexuais subiu 10%. Já entre homossexuais, durante o mesmo período e na mesma faixa etária, houve aumento de mais de 20%.

As moças têm se conscientizado mais que os rapazes. Mulheres de 15 a 24 anos vêm registrando menos casos da doença quando comparada aos homens na mesma faixa etária. De 2000 a 2010, a incidência no grupo diminuiu 23,5%. Na opinião da universitária Naiana Machado, 24 anos, anticoncepcional e preservativo são indispensáveis: “A pílula não previne DST, camisinha é essencial”.

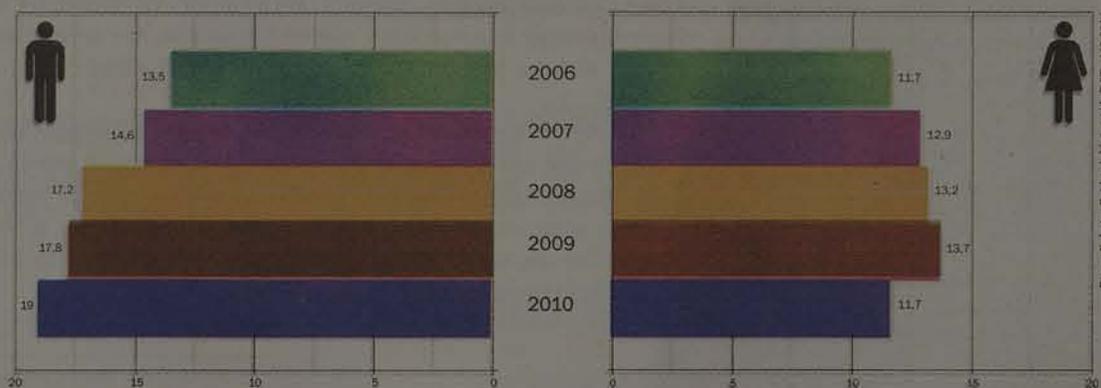
A situação se inverte entre as mulheres adultas. A diferença de infectados entre sexos está diminuindo nos últimos 20 anos. Em 1990, para cada 3,7 casos masculinos, havia um caso feminino. As jovens, porém, estão mais cuidadosas. Vinte anos depois, para cada 100 mil habitantes, a proporção era de dois homens e 1,6 mulheres jovens infectados.

Com base nesses dados, o Ministério da Saúde adquiriu 20 milhões de camisinhas femininas, que serão distribuídas a partir de maio. Desde 1997, o governo federal já distribuiu mais de 16 milhões de preservativos femininos.

Esta última compra é 25% maior do que toda quantidade distribuída até agora. Porém, o número ainda é baixo quando comparado com o de camisinhas masculinas distribuídas no último ano: 493 milhões.

Maíla Diamante
maíla.filo@gmail.com
Mariane Ventura
mariventura2@gmail.com

Evolução de casos em pessoas de 20 a 24 anos por 100 mil hab.



Um prêmio Nobel da Paz em Florianópolis

Martins Vieira foi um dos homenageados em 1981 por seu trabalho na 3ª Guerra da Indochina

O senhor grisalho e de olhos claros, vestindo calça jeans, camiseta preta e sapatênis, tem muita história para contar na fala pausada e constante, mais acostumada ao francês — com forte sotaque suíço — que ao português. Os pequenos deslizes linguísticos do gaúcho Marco Antônio Martins Vieira, 63 anos, são resultado do tempo vivido em Genebra, quando servia à Organização das Nações Unidas (ONU). Dos 25 anos na ONU, a lembrança de maior orgulho é uma cópia personalizada do Nobel da Paz de 1981, prêmio concedido ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) pelo trabalho na 3ª Guerra da Indochina, como ficou conhecida a ofensiva chinesa ao norte do Vietnã. Na ocasião, Martins Vieira era oficial de terreno, atuando na condução, proteção e repatriamento de refugiados. “Foram dois anos em que vi muito sofrimento e ao mesmo tempo um enorme orgulho vietnamita. O Vietnã foi o país que mais me marcou, com toda certeza”.

Nascido em Porto Alegre, filho de um enfermeiro e de uma professora, ele não demorou a sair do Brasil. Em 1967, aos dezessete anos, foi a Portugal estudar medicina com outros 250 bolsistas brasileiros. O grande choque cultural foi a ditadura salazarista. “Tinha colegas que foram pras tropas dele [Salazar], pra África e o pessoal desaparecia. No dia seguinte era a mãe chorando em Lisboa ‘onde é que tá o meu filho?’. Não me adaptei”.

Após três anos no país ibérico mudou-se para Genebra, com o contato de um embaixador suíço. “Na época, como estudante, era muito fácil conseguir trabalho, eu também já dominava o inglês e o francês”, rememora. Na ONU, passaria pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Internacional das Telecomunicações (UIT, na sigla em francês) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). No ano de 1977 entrou oficialmente para a Unicef na *Greeting Cards Operation*, fotografando e escrevendo textos para cartões. Em 1979, foi um dos administradores do ano internacional da criança. “Foi quando entrei na ACNUR. Disseram-me: ‘olha, tem um posto no Vietnã’. Ninguém queria ir, e eu fui.”



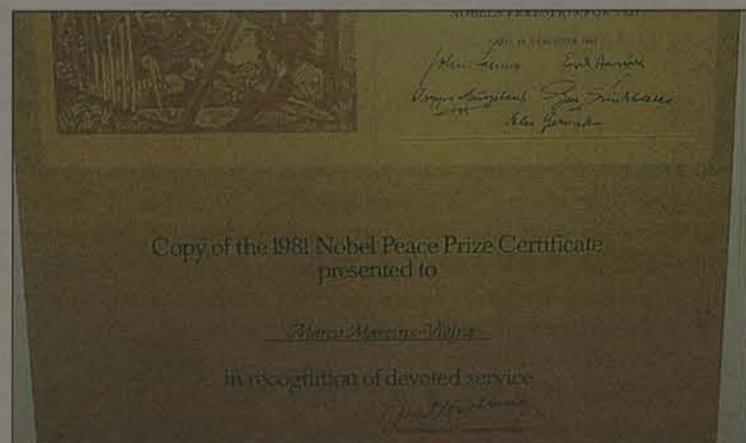
Wesley Klimpel

“Em dois anos, vi muito sofrimento e um enorme orgulho vietnamita”

Fotos: Arquivo pessoal/Marco



Guiné foi cenário do momento mais difícil de sua carreira



Cópia do Nobel da Paz está em destaque na parede de casa

O brasileiro esteve por dois anos no país asiático e, em paralelo às funções diplomáticas, registraria o país nas fotos que espera publicar em livro. “A ONU proibia os funcionários de fotografarem, então nesse lado tive um jeitinho brasileiro”. No campo, a rotina era difícil. Energia irregular, fiaçãoes terríveis, escassez de água e, às vezes, três dias sem tomar banho. A alimentação era feita em grandes intervalos. “De vez em quando tínhamos pratos de espaguete no almoço e você colocava o que sobrava na geladeira. À noite tinha que jogar fora porque não conservava”, relembra Martins Vieira. “Tinha um aprendizado: nunca beber água em hotéis, nunca tomar refrigerante com gelo, porque você não sabia a procedência daquilo”.

Ao retornar à Suíça recebeu um presente de uma enfermeira russa: a *cocker spaniel* Bahia. A cachorra, que viveu quatorze anos, acompanhou o ex-oficial de terreno da ACNUR em seus cinco anos na África, passando por Angola, Senegal, Congo e África do Sul. “Chegávamos de caminhão e todo mundo ficava abismado. Cachorro não é muito comum por lá, mas lembro que as pessoas ficavam felizes, sorriam muito quando viam a Bahia correndo atrás das mangas. Como não tinha bola, eu jogava as frutas, e ela ia buscar, com aquelas orelhas enormes balançando. Os refugiados, naquela fome, naquela tristeza, se matavam de rir”, relata, sorridente.

O momento mais difícil, analisa, foi quando Charles Taylor, proeminente líder da guerra civil liberiana, atacava a Guiné. Naquele tempo, o brasileiro atuava na zona da floresta guineense, fronteira com a Libéria. “Foi terrível, era navio chegando com gente morta dentro, estupro. Sou emotivo, mas nesses momentos você tem que estar pronto pra colocar um pano na frente, esquecer a emoção”.

Martins Vieira aposentou-se em 2002 e vive em Florianópolis há três anos. Dos tempos de oficial de terreno, além das lembranças, guarda uma “coleção de malárias e hepatites”, ele frisa, bem-humorado. “Se juntar todos os acampamentos que ajudei a montar ou a desenvolver, acho que trabalhei com uns quatrocentos, quinhentos mil refugiados. Isso dá uma satisfação enorme! *Merde*, como diz o francês”.



Tirar fotos era proibido, mas usava o “jeitinho brasileiro”



A *cocker spaniel* Bahia foi presente de uma enfermeira russa

Nathan Mattes Schafer
nathaanschafer@gmail.com